

v.4 n.1

# REVISTA PET ECONOMIA UFES



SÉCULO XXI:  
UMA FOLIA DE  
DESILUSÕES

# Equipe Editorial (2024/1)

---

**Editor Chefe:** Vinícius Vieira Pereira;

**Edição:** Arthur Mariano Soares, Diogo Schiavinatto, Gustavo Gomes de Almeida, Matheus Ferreira Maia e Kayky Barcelos de Oliveira;

**Revisão Ortográfica:** Ana Carolina de Paula Simões, Arthur Mariano Soares, Diogo Schiavinatto, Gabriel Matheus Ferreira Santos, Gabriela Morozini, Gustavo Gomes de Almeida, Hemille Barbosa Uchôa, Henrique dos Anjos Moura, João Henrique da Silva Nascimento, Kayky Barcelos De Oliveira, Maria da Graça Gomes Caneva, Matheus Ferreira Maia e Rafael Barbosa Saldanha;

**Revisão Referencial:** Ana Carolina de Paula Simões, Arthur Mariano Soares, Diogo Schiavinatto, Gabriel Matheus Ferreira Santos, Gustavo Gomes de Almeida e Matheus Ferreira Maia;

**Diagramação e arte:** Gabriela Morozini, Hemille Barbosa Uchôa, Henrique dos Anjos Moura, João Henrique da Silva Nascimento, Kayky Barcelos De Oliveira, Maria Da Graça Gomes Caneva e Rafael Barbosa Saldanha;

**Imagem capa:** *Stanczyk*, de Jan Matejko (1862). Artianon, Disponível em: <https://artianon.com/2017/06/04/obras-inquietas-33-stanczyk-1862-de-jan-matejko/>. Acesso em: 07 de mai. de 2024.

**Registro ISBN:**

PET-Economia/Ufes, Vitória - ES, 2024.

# Sumário

<b>Introdução</b>	<b>3</b>
<b>Texto do convidado: Rogério Naques Faleiros</b>	<b>7</b>
O que não existe mais	7
<b>Resenhas Econômicas</b>	<b>11</b>
BRICS+ : novos países, novas dúvidas	11
Mobilidade ou caos urbano no Brasil?	15
A arte como reflexo da realidade material	19
Desigualdade e Sustentabilidade: Novo PAC	24
Haiti: crises, intervenções e subimperialismo	29
Here Comes The Sun: Capitalismo e Futuro Ambiental	33
<b>Artigos</b>	<b>37</b>
A Articulação do tripé Ensino, Pesquisa e Extensão nas atividades desenvolvidas pelo PET	
Economia UFES entre 2020 e 2024	37
Imigração italiana no Espírito Santo: a construção de um estado	51
A incompletude da cidadania negra: um recorte analítico-estrutural do racismo como limitador social	57
<b>Relato Especial: Matheus Ferreira Maia</b>	<b>66</b>
<b>Podcasts do PET Economia</b>	<b>69</b>
O Novo Arcabouço Fiscal	69
O Brasil no Tabuleiro Internacional	70
Escravidão contemporânea no Brasil	71

# Introdução

*Vinícius Vieira Pereira<sup>1</sup>*



Caro(a) leitor(a),

Mais uma edição de nossa revista vem a público neste mês de junho de 2024, no momento em que o país passa por mais uma tragédia provocada pelas chuvas, enchentes e inundações, desta vez, levando dor, perda e sofrimento ao povo do Rio Grande do Sul, aos animais e às lavouras, afinal, grande parte do Estado ficou submersa sob as águas do lago Guaíba. Mas, não é apenas no Brasil que as catástrofes ambientais nos obrigam a contar mortos, desaparecidos e desabrigados, pois, enquanto assistimos aos resgates corajosos e solidários de pessoas e animais em terras brasileiras, países como a

Indonésia, o Afeganistão, o Quênia e os EUA são exemplos daqueles cuja população sofre as consequências, que vão de enchentes a incêndios, da mudança climática, do aquecimento global, do desmatamento e da degradação crescente de ecossistemas. A natureza parece responder cada vez mais duramente aos ataques sofridos.

Ora, já no texto introdutório de nossa edição anterior, começamos destacando alguns fenômenos sociais comuns em nossa realidade concreta que compõem um cenário de completa desilusão com os rumos da humanidade. Do aumento da fome e da miséria no mundo às guerras sanguinárias, da extrema desigualdade econômica e social ao aumento da intolerância e do ódio, da destruição da natureza ao aumento da violência urbana e, tudo isso, diante dos olhos de uma sociedade que, ao mesmo tempo em que clama por um Estado mais forte, mais presente em seu dia a dia, arranca-lhe os meios materiais de realização das funções às quais lhe são precípuas, exigindo-lhe, em primeiro e único plano, a tal da disciplina fiscal. E não parecemos dispostos a mudar de comportamento ou buscar alternativas. Assim, como o título desta oitava edição sugere, a

---

<sup>1</sup> Professor adjunto do departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e tutor do Programa de Educação Tutorial PET-Economia/Ufes.

primeira quadra do século XXI pode ser representada como uma verdadeira folia de desilusões, afinal, toda e qualquer quimera utopicamente vislumbrada às vésperas da virada do século tem sido violenta e cotidianamente apagada pela ação autofágica do ser humano, que uma vez estimulado pelo consumo desmesurado imposto pela lógica do capital, se autodestrói enquanto civilização.

Logo, inquietante e bastante adequado a este início de século é o Texto do Convidado desta edição, escrito pelo historiador e professor Dr. Rogério Naques Faleiros, o qual chegou recentemente de um período de estudos e pesquisas na China. Em *O que não existe mais*, título que faz alusão ao romance homônimo de Krishna Monteiro, o autor nos instiga a analisar o mundo de hoje sem lançar mão das lentes míopes do anacronismo. Assim, apresenta uma leitura realista sobre grandes dilemas da sociedade mundial contemporânea, tais como a necessidade de uma transição energética, a extrema desigualdade econômica e a insegurança alimentar, a contestação da hegemonia mundial a partir do fenômeno da economia chinesa, a guerra entre Rússia e Ucrânia, o genocídio promovido por Israel na Faixa de Gaza e os desdobramentos imprevisíveis desses conflitos sangüinários, alertando para o erro que cometemos ao tentarmos enfrentar tamanhos desafios apoiando-nos em dogmas, regras, fórmulas e verdades que, insuficientes, parecem pertencer ao passado e se mostram incapazes de nos oferecer respostas novas.

Semelhante inconformismo se manifesta nos textos que compõem nossa tradicional seção de Resenhas, escritas pelo(as) petianos(as), sempre em duplas, e nas quais abordam os mais variados temas que envolvem a nossa sociedade a partir de uma perspectiva crítica. Nesta edição, Henrique Moura e Maria Luiza Patricio debatem a ampliação do BRICS, dada a entrada dos novos parceiros, e sua transformação em BRICS+, as potencialidades que se abrem ao conjunto dos países participantes, e às economias nacionais isoladamente, e os desafios a serem enfrentados, bem como a ameaça que este grupo de cooperação econômica representa à hegemonia do dólar na atualidade; Bruna Cavati e Júlia Rocon miram o foco no problema caótico da mobilidade urbana nas grandes cidades brasileiras e as contradições impostas por uma lógica social capitalista que privilegia o consumo de veículos automotores individuais em detrimento do transporte coletivo, dilema que desafia os responsáveis pelo planejamento público em nosso país; Edinaldo Pereira e Matheus Maia se utilizam das contribuições vindas da Filosofia e da Economia política para apresentar uma crítica sobre o papel alienante da arte dentro da sociedade capitalista, como ferramenta de dominação de classe e como artífice na construção de uma “falsa consciência das massas”. Será que ainda existe espaço para a arte enquanto movimento revolucionário?; Arthur Buffon e João Henrique Nascimento tecem importantes análises sobre o Novo PAC do governo Lula, lançado em 2023, e sua promessa de unir desenvolvimento econômico com sustentabilidade e com a redução da desigualdade social; Diogo Schiavinatto e Gabriel Santos, após apresentarem um breve retrospecto

histórico sobre a economia e a sociedade haitianas, denunciam a recente participação do Brasil como interventor da Organização das Nações Unidas (ONU) no país, que ao invés de assegurar a paz e os plenos direitos humanos à população do Haiti, praticou, na verdade, o mais autêntico e cruel subimperialismo contra essa nação já fragilizada e tão sofrida; Matheus Leopoldo e Pâmela Christye, fechando esta seção, partem de uma metáfora de uma famosa canção dos Beatles para mostrar que a necessidade da reprodução ampliada do capital produz efeitos devastadores sobre o clima, a natureza, a vida e, por extensão, ameaçam a existência humana na terra. Após a leitura, a estreita relação do texto com a tragédia gaúcha fica evidente a partir desse olhar.

Na seção de artigos, o petiano Matheus Maia, um veterano no PET Economia Ufes que concluirá muito em breve sua graduação em Ciências Econômicas, explora sua experiência acadêmica, adquirida ao longo dos quatro últimos anos, e nos apresenta o artigo intitulado A Articulação do tripé ensino, pesquisa e extensão nas atividades desenvolvidas pelo PET Economia UFES entre 2020 e 2024. No texto, o estudante destaca como os projetos de extensão e as demais atividades desenvolvidas pelo PET Economia Ufes conectam de forma inseparável os três pilares que sustentam a universidade pública brasileira, o ensino, a pesquisa e a extensão, além de contribuírem de forma cabal para a formação acadêmica plural e cidadã do discente que tem a oportunidade de vivenciar este importante programa nacional.

Ainda nessa seção, o petiano Diogo Schiavinatto, em co-autoria com o discente de Ciências Econômicas, João Guilherme Esteves, nos apresentam o artigo intitulado Imigração italiana no Espírito Santo: a construção de um estado, que trata da história da imigração italiana em solo espiritosantense. Partindo da segunda metade do século XIX, que marca o momento em que o movimento migratório ganha força no Brasil, os autores analisam detalhadamente o processo histórico da chegada dos italianos ao nosso país, além de destacar a relevância desse movimento migratório, o qual contribuiu sobremaneira para criar as bases do desenvolvimento da economia e da sociedade do Espírito Santo.

Completando a seção de artigos, o petiano Kayky Barcelos de Oliveira nos apresenta o excelente texto intitulado A incompletude da cidadania negra: um recorte analítico-estrutural do racismo como limitador social. Utilizando-se de uma rica bibliografia, que perpassa por importantes intérpretes do Brasil, tais como Joaquim Nabuco, Oliveira Viana, Florestan Fernandes, Milton Santos e Sílvio de Almeida, o discente analisa como o nosso passado histórico colonial e escravista se perpetuou nas instituições sociais e políticas do Brasil e, juntos, construíram uma sociedade civil cujos pilares estão fortemente calcados no racismo estrutural, um fenômeno que impõe severos obstáculos à ascensão da população negra na busca por sua efetiva cidadania.

O petiano Matheus Maia, nos apresenta uma novidade desta edição. Em lugar da seção do Relato do petiano egresso, ele expõe o que poderíamos chamar de relato de um petiano quase egresso. Em seu texto, o discente relata sua trajetória dentro do programa, a experiência e o aprendizado adquiridos ao longo dos últimos quatro anos, as contribuições por ele deixadas, além de destacar a importância da convivência com os colegas dentro do PET Economia Ufes, tanto aqueles que o acolheram, como aqueles que, após a sua saída, terão a tarefa de continuar o legado deste programa tão significativo para a universidade pública brasileira.

E, para finalizar, vale lembrar que, a partir desta edição, teremos sempre uma nova seção, onde o leitor poderá ter acesso aos episódios dos programas de *podcasts* produzidos pelos(as) integrantes do PET Economia Ufes. Elaborados e conduzidos sempre por duplas de discentes, os conteúdos alternam entrevistas e programas narrados, trazendo sempre uma abordagem crítica e cuidadosa sobre os temas escolhidos. Ao escanear o *QR Code*, nosso(a) leitor(a) será conduzido(a) à plataforma digital onde estão disponíveis todos os programas produzidos até o momento. Não deixe de conferir essa novidade da nossa revista.

Boa leitura!

# Texto do convidado

## O que não existe mais

*Rogério Naques Faleiros*



Graduado em História pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) (1999). Mestre (2002) e Doutor (2007) pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), tendo cumprido estágio pós-doutoral (2024) na Lingnan University (Hong Kong). Atualmente, é Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Foi Diretor do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Ufes entre 2013 e 2020, e Pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional entre 2020 e 2023. É membro da *Global University for Sustainability*, grupo que reúne intelectuais e ativistas de todo o mundo preocupados com a construção de alternativas sustentáveis, ecológicas e justas.

O título deste breve artigo, em alusão ao romance escrito pelo ótimo Krishna Monteiro, busca identificar os erros de percepção e diagnósticos quando somos tomados por um irremediável pecado, qual seja, o Anacronismo, cuja definição corresponde ao ato de atribuir a

uma época ideias, juízos e sentimentos que pertencem a uma outra quadra histórica, processo que, como regra, é acompanhado pela solidão, pela melancolia e pela constante sensação de desajuste. Este parece ser o anátoma de nosso tempo: caminhamos para o futuro com a cabeça no passado.

Os Estados Unidos da América e seus asseclas da Europa Ocidental (enfim, o “Otanistão”, no genial neologismo de Pepe Escobar) parecem mover-se a partir da premissa de uma incontrastável hegemonia, cingida entre 1898 (Guerra Hispano-Americana) e o Consenso de Washington, marco ególatra do neoliberalismo anti-humano, situados na centúria, no qual os EUA venceram duas guerras mundiais e comandaram o mundo em seus aspectos produtivo, cultural, financeiro, monetário e militar, de modo que o “poder de fogo” confundia-se com o “poder do dólar”, impondo uma espécie de *bainian guochi* ao Sul Global: do Iraque à Somália, dos Balcãs às provocações a partir de Taiwan, dos golpes patrocinados na América Latina à Guerra da Coreia, do



desmanche da URSS e a capitulação da Rússia à Guerra ao Terror, das manipulações no mercado de Petróleo aos muros na fronteira mexicana. O tabuleiro de operações esteve sempre favorável aos *yankees* por um aspecto decisivo: o déficit fiscal e comercial levavam (e ainda levam) o mundo a financiar as suas operações de guerra nos quatro cantos do planeta, sendo decisivo, para isso, a hegemonia do dólar.

O século da hegemonia americana ensejou crescentes rivalidades com o bloco socialista eurasiático, com a China e o Oriente Médio, e mesmo com o bloco de países não alinhados, organizados a partir da Conferência de Bandung. O momento-chave do poder estadunidense fora o choque dos juros promovido por Paul Volcker em 1979, drenando significativa liquidez mundial e ocasionando a valorização do dólar, ao mesmo tempo em que promoveu a modernização seletiva de seu parque produtivo a baixo custo e exportou crises econômicas mundo a fora que contribuíram com o enquadramento do Japão e da Alemanha, com o estilhaçamento do bloco soviético e com um contexto dramático na China a partir dos eventos de *Tiananmen Square*, em 1989. Fora a dura lição imposta à Eurásia, indicando a necessidade de buscar um caminho soberano e original, o que hodiernamente matura-se como o Socialismo com características chinesas da Nova Era, na expressão cunhada por Xi Jinping e na aproximação da potência oriental com a Rússia,

em eixo de poder que rivaliza com o Otanistão em sua estratégia de guerra permanente, redundando nos recentes conflitos que se desenrolam na Ucrânia e no território palestino.

Há várias camadas de problemas nestes eventos bélicos: i) a crise econômica mundial, acentuada pela pandemia, tem escancarado as dificuldades do ocidente e do Japão no atual contexto. Após décadas de crescimento medíocre, os países ditos “desenvolvidos” se veem prostrados e já sentem a concorrência chinesa em setores da economia altamente intensivos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) que tradicionalmente dominaram, como o de *microchips*, microeletrônica, *Big Data*, e automotivo (notadamente no que se refere à eletrificação); ii) a crise é particularmente dramática na Alemanha, em face da alta do custo de energia deflagrado pela guerra e pelas sanções impostas à Rússia, que, como resposta, reduziu significativamente o fornecimento de gás natural à Europa Ocidental. A nova correlação dos preços de produção levou o outrora potente *export drive* alemão à estagnação. Ademais, sem um claro projeto de transição energética, os setores de carros à combustão, da indústria química e da siderurgia padecerão. A questão é particularmente problemática quando observamos os seus efeitos de propagação em toda União Europeia, arrastando consigo a França, a Itália e quase todas as economias desta zona; iii) a Rússia já venceu a guerra

contra a Ucrânia e, por tabela, apresentou ao mundo arsenal militar de última geração (jatos e mísseis de longo alcance). Zelensky já foi atirado à própria sorte e resta agora observar os termos de rendição. As sanções impostas pelo Ocidente não surtiram os efeitos desejados, e a exclusão do sistema de pagamentos internacionais via Sociedade para Telecomunicações Financeiras Interbancárias Mundiais (no inglês, SWIFT) apenas acelerou o *Financial Tech* russo e chinês na busca de alternativas à dolarização da economia mundial. De quebra, Vladimir Putin goza de elevada aprovação popular e o ano de 2024 marcará a presidência russa nos BRICS ampliado, já incorporando Irã, Arábia Saudita, Etiópia, Emirados Árabes Unidos, Egito e provavelmente, no futuro, a Venezuela. A linha de comando certamente será partilhada com Xi Jinping, que habilmente vem tentando viabilizar as novas rotas da seda marítima e terrestre, bem como um poder financeiro alternativo a Nova Iorque, Londres e Bruxelas, voltado ao Sul Global. Deve-se observar que este movimento das “placas tectônicas” que está ocorrendo nos marcos de uma transição hegemônica passa ao largo da grande imprensa econômica brasileira, cujas principais mentes foram crucificadas na cantilena do equilíbrio fiscal e do liberalismo. Triste.

Particularmente complexa é a situação dos sanguinários conflitos na Faixa de Gaza. Regionalmente, a histórica presença americana e britânica causou o caos, ao alinhar-se à

perene política de genocídio israelense e ao indefensável massacre de civis depauperados. O conflito vai se alastrando aos países circunvizinhos, envolvendo o Líbano, o Irã e o Paquistão, trazendo contornos imprevisíveis à situação, dado que passou a envolver potências nucleares. Em termos econômicos, a União Europeia vê-se enclacrada também por este flanco, dada a dependência de sua matriz energética de combustíveis fósseis advindos da região. Pressionados pela inflação de custos, pela queda da atividade econômica e pela desindustrialização, a Europa vive crise social crescente, revigorando-se lá as sementes do fascismo. Os EUA também acusaram o golpe e estão cada vez mais desfalcados de seus aliados históricos e parceiros comerciais relevantes, como também enfrentam problemas com uma transição energética errática e com problemas sociais que parecem não ter fim. Ademais, é claro o esgotamento das instituições ditas multilaterais por eles criadas para orquestrar o mundo, como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e *tutti quanti*, que simplesmente não conseguem responder aos desafios do presente e do futuro, visto que olham para um passado que não existe mais.

A situação do Oriente Médio, assim como a de toda a Eurásia, constitui um verdadeiro batismo de fogo ao *soft power* chinês. As questões fronteiriças envolvendo a Rússia e algumas das outrora repúblicas soviéticas, as rivalidades entre xiitas e sunitas

polarizadas entre Irã e Arábia Saudita que se alastram por toda a região, e a pendenga histórica entre Índia e Paquistão não resolvidas desde Gandhi e a descolonização, constituem alguns dos desafios a serem enfrentados na região e que precisam ser superados caso Pequim de fato objetive a construção de alternativas ao Sul Global. Não é tarefa fácil.

No umbral da transição hegemônica, o passado insiste em permanecer, enquanto as diretrizes para o futuro ainda não foram construídas. É neste momento que o anacronismo ganha força e constitui lente míope pela qual os donos do poder observam o mundo. Neste quadro, os dilemas vão se somando: como levar a cabo a transição energética se estamos presos ao dogma dos orçamentos equilibrados, cuja ideia e prática levam água ao moinho da financeirização da riqueza e da desigualdade social? Como reconstruir a economia mundial sobre outras

bases sem uma guerra? Quem será capaz de garantir sua própria soberania energética e alimentar em face das mudanças climáticas em curso? Seria o Império do Meio capaz de mediar conflitos em escala mundial e dotar a economia de algum “Norte”? Muito mais perguntas do que respostas, neste mundo que já não existe mais.

#### Referências:

- CHAZAN, Guy. **Transição verde e energia cara desafiam a economia da Alemanha**. Folha de São Paulo, 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/01/transicao-verde-e-energia-cara-desafiam-economia-da-alemanha.shtml>. Acesso em 03 jan. 2024.
- LUFT, Gael & KORIN, Anne. **De-dollarization: The revolt Against the dollar and the raise of a new financial world order**. Estados Unidos: Independently Published, 2019.
- MONTEIRO, Krishna. **O que não existe mais**. São Paulo: Tordesilhas, 2015.
- NOVAIS, Fernando A. **Aproximações: estudos de história e historiografia**. São Paulo: Editora 34, 2022.

# Resenhas Econômicas

## BRICS+ : novos países, novas dúvidas

*Henrique Moura*

*Maria Luiza Patricio*



Disponível em: <https://bricsgeo.blogspot.com/> Acesso em: 17 set. 2023.

Em novembro de 2001, o economista Jim O'Neill, em seu relatório “*Building Better Global Economic BRICs*”, destinado ao banco de investimentos Goldman Sachs, expôs uma tese que marcou a sua carreira: ele defendeu que Brasil, Rússia, Índia e China deveriam ser tratados como um único grupo, visto o grande potencial econômico que enxergava nessas nações para as décadas seguintes. Essa foi a

primeira ocasião em que o termo BRIC foi utilizado oficialmente.

Cientes desse potencial em comum e da oportunidade de colaboração, os chanceleres desses países estabeleceram um primeiro contato informal por meio de reuniões de cooperação. A primeira cúpula do grupo, com a presença de chefes de Estado e de governo, aconteceu apenas em 2009, em Ecaterimburgo, na Rússia, em que foi definido que os encontros a partir daquele momento seriam anuais, também foi defendida a maior representatividade das economias emergentes nas instituições financeiras internacionais. Nascia assim, com a adição da África do Sul em 2011, o BRICS, como uma reunião das cinco principais economias emergentes da época, com foco na cooperação política e econômica e no desenvolvimento mútuo<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> ALEGRETTI, Laís. **Brics, 18 anos: o sobe e desce econômico em 3 momentos chaves**. BBC News Brasil, 2019. Disponível em:

Apesar de não se colocar como um bloco econômico propriamente dito, atualmente o BRICS possui relevância mundial. Segundo a BBC, juntos, os países que compõem o grupo ocupam 26,46% da área total da Terra e reúnem 42,58% da população mundial<sup>3</sup>, além de terem sido responsáveis por 31,5% do Produto Interno Bruto (PIB) global em 2022, superando os países do G7<sup>4 5</sup>, e com potencial para que essa participação alcance o valor de 50% em 2030, de acordo com o Banco Mundial<sup>6</sup>.

Todo esse protagonismo tem chamado a atenção, de forma que até antes da 15ª Cúpula do BRICS, ocorrida nos dias 22 a 24 de agosto de 2023, em Joanesburgo, na África do Sul<sup>7</sup>, vinte e duas nações oficializaram o seu desejo

---

<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50405542>.

Acesso em: 16 set. 2023.

<sup>3</sup> BARRUCHO, Luis. **Qual a relevância do Brics e quais os seus desafios para o futuro**. BBC News Brasil, 2017. Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41115877>. Acesso em: 16 set. 2023.

<sup>4</sup> Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido.

<sup>5</sup> SILVA, Wilson *et al.* **Cimeira dos BRICS 2023: a procura de uma Nova Ordem Mundial**. Observatório de política externa e da inserção internacional do Brasil, 8 ago. 2023. Disponível em:

<https://opeb.org/2023/08/08/a-cimeira-dos-brics-2023-a-procura-de-uma-nova-ordem-mundial/>. Acesso em: 16 set. 2023.

<sup>6</sup> BITTAR, Bernardo; KAFRUNI, Simone. **Expectativa é que PIB dos BRICS corresponda a 50% do mundial em 2030**. Correio Braziliense, 2019. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia>. Acesso em: 16 set. 2023.

<sup>7</sup> **Brics: 22 países oficializaram pedido para entrar**. Agência de notícias Brasil-Árabe, 2023. Disponível em: <https://anba.com.br/brics-22-paises-oficializaram-pedido-para-entrar/>. Acesso em: 16 set. 2023.

de integrar o grupo. Em resposta a esse apelo internacional, foi decidida, neste último encontro, a ampliação do grupo, que contará agora com seis novos membros: Argentina, Arábia Saudita, Egito, Etiópia, Emirados Árabes e Irã, sendo que o presidente Lula deixou em aberto a possibilidade da entrada de novos integrantes no futuro<sup>8</sup>.

O pesquisador do Centro Estratégico Latino-americano de Geopolítica (Celag), Aníbal Fernández, foi um dos estudiosos que apontaram a importância econômica que o BRICS vem desenvolvendo nos últimos anos, mas afirma também que a cooperação econômica e financeira segue sendo o principal objetivo do bloco<sup>9</sup>, algo que ficou ainda mais evidente e factível com a criação do Novo Banco de Desenvolvimento, hoje chefiado pela ex-presidente Dilma Rousseff.

Entretanto, a entrada de novos membros no BRICS pode trazer problemas. Como dito pelo economista, Bruno de Conti, "Há países que vivem determinada situação hoje, mas que amanhã podem mudar e se tornar a expressão dos interesses dos Estados Unidos dentro do BRICS, o que seria uma completa

---

<sup>8</sup> LABOLSSLÈRE, Paula; VERDÉLLO, Andrela. **Brics terá seis novos países a partir de janeiro de 2024**. Agência Brasil, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia>.

Acesso em: 16 set. 2023.

<sup>9</sup> ESTANISLAU, Lucas. **Alternativa ao Ocidente: entenda por que tantos países querem entrar no Brics**. Brasil de fato: Uma visão popular do Brasil e do mundo, 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br>. Acesso em: 17 set. 2023.

contradição"<sup>10</sup>. Observa-se isso no caso argentino, visto o contexto político do país, que hoje é governado pelo progressista Alberto Fernández, mas vê o crescimento da extrema direita de Javier Milei, o que causa uma divergência eleitoral nacional que pode ser transferida para o bloco em questões futuras.

Vale ressaltar que essa crise política não é nem o aspecto mais preocupante do país sul-americano: a inflação acumulada entre 2021 e 2022 foi de impressionantes 124%<sup>11</sup>, gerando desvalorização brutal no peso argentino e contribuindo para que 40% da população do país se encontre abaixo do nível da pobreza. Observando esses aspectos, é evidente que o BRICS não convidou a Argentina para integrar o grupo por causa do seu potencial socioeconômico nos próximos anos.

Outro caso interessante é a Etiópia. A entrada desse país no BRICS levantou grandes divergências, visto o contexto de guerra civil que acontece há dois anos no seu território. Por um lado, o país, que é uma das economias que mais crescem na África, teria possibilidades de promover ainda mais o seu desenvolvimento. Em contrapartida, a população vem há anos sofrendo com a seca e com as consequências da

guerra civil, e a inflação do país atinge níveis elevados, o que, para alguns economistas, deveria ser prioridade no tratamento econômico nacional, como demonstrou Steve Hanke, da Universidade Johns Hopkins, ao dizer que "Em vez de procurar aderir ao bloco dos BRICS, o primeiro-ministro Abiy Ahmed deveria concentrar-se em travar a inflação"<sup>12</sup>. Somado a isso, a economia da Etiópia, baseada essencialmente no setor agrícola, é apenas a 59ª economia do mundo, segundo o FMI, e seu PIB é metade do registrado pela África do Sul, hoje o menor membro do BRICS<sup>13</sup>. Assim, como no caso argentino, não é possível entender a entrada da Etiópia no BRICS analisando apenas as métricas sociais e econômicas dessa nação.

Seguindo a investigação, o convite à Arábia Saudita, Emirados Árabes e Irã aparenta ser economicamente mais justificável, uma vez que as três nações estiveram entre os dez países que mais produziram barris de petróleo por dia em 2022<sup>14</sup>. Contudo, esses países, com a inclusão do Egito na análise, são internacionalmente conhecidos por sua

<sup>10</sup> ESTANISLAU, Lucas. **Alternativa ao Ocidente: entenda por que tantos países querem entrar no Brics**. Brasil de fato: Uma visão popular do Brasil e do mundo, 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br>. Acesso em: 17 set. 2023.

<sup>11</sup> MATOS, Fábio. **Inflação na Argentina dispara a 124%, com maior alta mensal em 32 anos**. Metrôpoles, 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/negocios>. Acesso em: 17 set. 2023.

<sup>12</sup> FISCHER, Nikolas. **O plano da Etiópia de aceder aos BRICS é controverso**. Made for minds, 2023. Disponível em: <https://www.dw.com>. Acesso em: 17 set. 2023.

<sup>13</sup> ETIÓPIA pede para entrar no grupo Brics de economias emergentes. **UOL notícias**, 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias>. Acesso em: 17 set. 2023.

<sup>14</sup> **MAIORES produtores mundiais de petróleo em 2022**. Instituto Brasileiro de petróleo e gás, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.ibp.org.br/observatorio-do-setor>. Acesso em: 17 set. 2023.

opressão a grupos minoritários, com o preconceito sendo amparado por lei em alguns deles, inclusive. Assim, surge a dúvida: o respeito aos direitos humanos não deveria ser um critério a ser observado para a adesão de novos membros em uma aliança de tamanha representatividade mundial como é o BRICS? A verdade é que, por essa perspectiva, a própria presença da Rússia na aliança deveria ser seriamente questionada, dada a sua aberta posição anti-LGBTQIA+.

Um dos motivos considerados primordiais para a entrada desses novos países, apesar dos questionamentos levantados até aqui, é atender os desejos expansionistas da China. Segundo Igor Lucena, doutor em relações internacionais pela Universidade de Lisboa, os chineses anseiam liderar um bloco capaz de fazer frente ao G7, e a transformação do BRICS em BRICS+ pode ser o primeiro passo. Vemos isso por meio das nações convidadas ao bloco, já que todas possuem forte relação com o Governo chinês: o país é o principal parceiro comercial de Etiópia e Irã, tem estreitado laços nos últimos anos com Argentina, Arábia Saudita e Emirados Árabes e é o financiador da construção da nova capital do Egito. Claro que a expansão foi apoiada por todos os membros e reforça o destaque crescente da aliança como um todo ao redor do mundo, mas é inegável que isso beneficia principalmente a China, pois fortalece ainda mais a sua posição no cenário político global com um bloco expandido e sob sua liderança.

Apesar dessas dúvidas levantadas, algo que é plausível de considerar é a possibilidade do desejo de adesão em massa ao BRICS colocar em risco a hegemonia do dólar como moeda internacional, mesmo que de forma embrionária. O presidente Lula deixou claro a intenção do grupo: “o que nós queremos é criar uma moeda que permita que a gente faça negócio sem precisar comprar dólar”<sup>15</sup>. Em teoria, isso facilitaria as trocas internacionais entre os membros, o que reduziria a dependência e vulnerabilidade entre eles, os protegendo das flutuações cambiais. Em uma realidade em que metade do PIB mundial é produzido por membros desse grupo, uma ameaça ao dólar não se mostra tão utópica assim.

A partir dessa análise, percebe-se que o questionamento à ampliação do BRICS é visivelmente válido, e continuará sendo discutido por algum tempo. Quais são os critérios analisados para a entrada no grupo? Em que grau as novas adições demonstram uma mudança nos rumos do grupo? É necessário refletir sobre essas e outras questões, para que a política econômica interna do bloco, juntamente com a economia brasileira, não seja prejudicada.

---

<sup>15</sup> AGUIAR, Sofia; SPECHOTO, Caio. **Lula confirma criação de uma moeda comum dos Brics para facilitar trocas comerciais**. CNN Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia>. Acesso em: 17 set. 2023.

# Mobilidade ou caos urbano no Brasil?

*Bruna Cavati Rossi*

*Júlia Paulino Rocon*



CONTAS Abertas. **Como anda o Plano de Mobilidade Urbana de Salvador?** CAU Bahia, 2015. Disponível em: <https://cauba.gov.br/2015/04/como-anda-o-plano-de-mobilidade-urbana-de-salvador/>. Acesso em: 05 set. 2023.

São 17 horas, sexta-feira. O trânsito está intenso. Observo pelo vidro do ônibus o congestionamento e sinto o cheiro do combustível queimando. Na calçada, pedestres e ciclistas precisam dividir o mesmo espaço. Dentro do ônibus, os rostos cansados, muitos estão em pé, o calor é sufocante. Isso soou familiar? O que será que ajuda a entender o “caos urbano” que grande parte dos brasileiros, sobretudo das grandes cidades, enfrentam diariamente?

As cenas retratadas nessa realidade hipotética (mas não fictícia) são reflexos dos problemas de mobilidade urbana do país. Segundo o Projeto Movimenta<sup>16</sup>, do Ministério Público da Bahia, a

<sup>16</sup> **MOBILIDADE urbana.** Ministério Público da Bahia, 2021. Disponível em:

mobilidade urbana refere-se às condições que permitem o deslocamento de pessoas. Geralmente, é associada com meios de transporte, porém, engloba toda infraestrutura para que pessoas e cargas possam se deslocar. Logo, é fundamental no estabelecimento de relações sociais, pois promove a interação entre os indivíduos, além de possibilitar o acesso a serviços básicos, como saúde.

Por muito tempo, o planejamento da mobilidade urbana esteve apenas atrelado ao trânsito de veículos automotores. No caso brasileiro, as discussões associando o deslocamento urbano com a equidade<sup>17</sup> se intensificaram apenas com a Constituição de 1988, que instituiu a necessidade de reformas nos espaços urbanos. Contudo, foi em 2012, com o Plano Nacional de Mobilidade Urbana, que a expressão “transporte urbano” foi alterada para “mobilidade urbana”<sup>18</sup>. Apesar da

<https://mobilidadeurbana.mpba.mp.br/mobilidade-urbana/>. Acesso em: 30 ago. 2023.

<sup>17</sup> Equidade é uma forma de tratar de modo desigual aqueles que estão em posições sociais desiguais.

<sup>18</sup> SILVA, André da. Mobilidade urbana e equidade social: possibilidades a partir das recentes políticas de transporte público na Metrópole do Rio de Janeiro. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, [online], n. 10, p. 293 - 317, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.pt/pdf/got/n10/n10a15.pdf>. Acesso em: 10 set. 2023.



mudança na nomenclatura, o foco das políticas é ainda, em grande medida, voltado para o transporte individual motorizado.

No plano atual, com a Medida Provisória nº 1.175/2023<sup>19</sup>, o governo Lula lançou um programa de desconto patrocinado para compra de veículos sustentáveis. Entre os objetivos, está a renovação da frota de ônibus. No entanto, do custo total de R\$1,8 bilhão<sup>20</sup>, cerca de 45% foi destinado a automóveis, enquanto apenas 17% foi para veículos de transporte de passageiros. Isto é, apesar da proposta interessante, o programa reforça uma mobilidade mais voltada ao transporte privado motorizado.

Essa tendência de aumento do transporte individual em detrimento do transporte coletivo já era observada desde a década de 1980, como apontam Rafael Pereira e outros pesquisadores em um texto do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea)<sup>21</sup>. Para os autores, subsídios a combustíveis, isenções no financiamento de veículos e estacionamentos

gratuitos são exemplos de políticas públicas de uma mobilidade urbana centrada no transporte individual.

Essas ações governamentais acabam favorecendo um aumento desenfreado de veículos, o que impacta as cidades. Conforme o Anuário da Confederação Nacional do Transporte (CNT)<sup>22</sup>, na comparação de 2021 com 2011, houve um aumento de 58% na frota de veículos e, do total registrado, automóveis e motocicletas somavam 75,4%. As tentativas para atenuar a situação caótica de muitas cidades, por vezes, acabam se mostrando como forma de adaptação a uma realidade insustentável. Congestionamentos, acidentes e ampliação da poluição estão cada vez mais presentes nas cidades do país.

Vale destacar que o problema não é estimular que uma parcela maior da população tenha acesso ao carro próprio, mas pensar a mobilidade urbana apenas em termos do transporte individual motorizado. Com base na Pesquisa Mobilidade Urbana 2022<sup>23</sup>, da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas, os engarrafamentos são consequência da falta de planejamento adequado, sendo uma das

<sup>19</sup> BRASIL. Medida Provisória nº 1.175, de 5 de junho de 2023. **Diário Oficial da União**, Brasília, 6 jul. 2023. Seção 1, p. 6. Disponível em: <https://abrir.link/Zz1ZP>. Acesso em: 30 ago. 2023.

<sup>20</sup> **DESCONTO patrocinado na compra de veículos sustentáveis**. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, 2023. Disponível em: <https://abrir.link/bRN8n>. Acesso em: 27 ago. 2023;

<sup>21</sup> Pereira, Rafael H. M. et al. **Tendências e desigualdades da mobilidade urbana no Brasil I: o uso do transporte coletivo e individual**. Texto para Discussão, Ipea, n. 2673, 2023; Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/acessooportunidades/publication/2021\\_td2673\\_tendencias/](https://www.ipea.gov.br/acessooportunidades/publication/2021_td2673_tendencias/). Acesso em: 11 set. 2023.

<sup>22</sup> CNT (Confederação Nacional dos Transportes) - **Anuário CNT do transporte 2022**, 2022. Disponível em: <https://anuariodotransporte.cnt.org.br/2022/File/PrincipaisDados.pdf>. Acesso em: 04 set. 2023.

<sup>23</sup> **POPULAÇÃO dos grandes centros perde em média 21 dias/ano no trânsito**. Monitor mercantil, 2022.. Disponível em: <https://monitormercantil.com.br/populacao-dos-grandes-centros-perde-em-media-21-dias-ano-no-transito/>. Acesso em: 07 set. 2023.

manifestações mais evidentes dos problemas de mobilidade urbana. Os dados do estudo mostram que os brasileiros gastam, em média, 21 dias por ano no trânsito. Esse cenário resulta em perdas significativas de tempo e de produtividade para os indivíduos, degradando a qualidade de vida.

Essa falta de planejamento urbano, como sinalização e faixas exclusivas, também favorece a ocorrência de acidentes, o que impacta no próprio gasto público. Para Júlia Maria D'Andrea Greve<sup>24</sup>, do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP, os acidentes de trânsito envolvem alta complexidade e um dispêndio elevado de recursos. Além disso, segundo o psiquiatra Elson Asevedo<sup>25</sup>, a rotina estressante do trânsito gera impactos gravíssimos à saúde mental.

O meio ambiente também tem sido impactado pelo estímulo ao consumo individual automotivo. Conforme o relatório do Balanço Energético Nacional<sup>26</sup> em 2022, o setor de

<sup>24</sup> **ACIDENTES de trânsito no Brasil, um problema de saúde pública.** Jornal da USP, 2022. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/acidentes-de-transito-no-brasil-um-problema-de-saude-publica/>. Acesso em: 25 ago. 2023.

<sup>25</sup> ASEVEDO, Elson. **O impacto do trânsito na saúde mental.** Veja, 2023. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/coluna/falar-inspira-vida/o-impacto-do-transito-na-saude-mental>. Acesso em: 27 ago. 2023.

<sup>26</sup> EPE(Empresa de Pesquisa Energética). **Balanço Energético Nacional (BEN) 2023: ano base 2022, 2023.** Disponível em: <https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-748/topi>

transportes foi o maior emissor de  $CO_2$ , sendo este um dos principais gases responsáveis pelo aquecimento global. Além disso, também contribuiu no desenvolvimento de doenças respiratórias. Assim, essa lógica de deslocamento urbano favorece a degradação ambiental e gera impactos à saúde humana.

Para mais, uma mobilidade urbana voltada ao transporte individual é também uma forma de exclusão social. De acordo com a Pesquisa Mobilidade Urbana 2022, 55% das pessoas pertencentes às classes C, D e E não possuem veículos individuais, tornando-as dependentes do transporte coletivo. Ao priorizar veículos automotores privados, aqueles que não possuem condições de adquiri-los tem outros direitos afetados pela dificuldade de acessar os espaços urbanos.

Uma das alternativas possíveis para os desafios complexos da mobilidade seriam os transportes coletivos. Ao reunir um grande número de passageiros em um único veículo, como ônibus ou metrô, eles diminuem o tráfego de carros particulares e, conseqüentemente, os engarrafamentos. Além disso, também são mais sustentáveis ambientalmente, com muitos sistemas adotando tecnologias mais limpas. Do mesmo modo, tendem a ser mais acessíveis financeiramente, favorecendo a inclusão social. Portanto, priorizar os investimentos em transporte coletivo parece ser a abordagem mais sensata para enfrentar os desafios

[co-681/BEN S%C3%ADntese 2023 PT.pdf](https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-748/topi-co-681/BEN_S%C3%ADntese_2023_PT.pdf). Acesso em: 05 set. 2023.

urbanos. No entanto, conforme o relatório do Instituto de Estudos Socioeconômicos<sup>27</sup>, de 2019 a 2022, houve uma redução de 65% nos investimentos destinados a esse setor.

Outra alternativa interessante são as bicicletas. Por terem custos de aquisição e manutenção baixos quando comparados com outros meios de deslocamento, são uma forma de democratizar o acesso às cidades. Além disso, ocupam pouco espaço e não emitem poluentes. Contudo, em 2018, segundo o relatório do Sistema de Informações da Mobilidade Urbana<sup>28</sup>, apenas 3% das viagens foram com bicicletas. Logo, para ampliar seu uso, tornam-se necessários uma série de investimentos, como ciclovias, bicicletários e sinalização. Porém, para Janio Santos, docente da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), e Luiz Eduardo Santos, mestrando na mesma instituição, as mudanças na condução das políticas públicas vêm sendo feitas de forma lenta no país<sup>29</sup>.

A mobilidade urbana vai além de possibilitar o deslocamento dos indivíduos. Ela deve ser pensada como forma de obter a equidade social, sendo fundamental para que as pessoas acessem direitos assegurados na própria Constituição. Voltar o planejamento público para o transporte individual automotivo, além dos problemas ambientais e econômicos, é um meio de exclusão social. Da forma como vem sendo conduzida, a organização urbana tem sido, na verdade, um caos urbano que beneficia apenas uma parcela da população em detrimento das demais.

<sup>27</sup> **DEPOIS do desmonte: balanço do orçamento geral da União 2022.** Inesc, 2023. Disponível em: <https://inesc.org.br/depois-do-desmonte-relatorio-traz-balanco-dos-gastos-da-uniao-entre-2019-2022/>. Acesso em: 28 ago. 2023.

<sup>28</sup> Sistema de Informações da Mobilidade Urbana: relatório geral 2018. **Associação Nacional de Transportes Público**, 2020. Disponível em: <https://files.antp.org.br/simob/sistema-de-informacoes-da-mobilidade--simob--2018.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.

<sup>29</sup> SANTOS, J. L. de J.; SANTOS, L. E. P. F. dos. Planejamento e mobilidade urbana no Brasil: o uso da bicicleta como uma nova maneira de pensar e construir a cidade. **Rev. Dir. Cid.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1., p. 113-137, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdc/a/XPxB4Y96778C7L8qx6Z7cGs/?lang=pt#>. Acesso em: 15 set. 2023.

# A arte como reflexo da realidade material

*Edinaldo Pereira*  
*Matheus Ferreira Maia*



**THE story of Mexico.** Disponível em: <https://smarthistory.org/mexico-diego-rivera-murals-national-palace/>. Acesso em: 12 out. 2023.

Não é de hoje que nos perguntamos se é a vida que imita a arte ou a arte que imita a vida. É evidente que elas estão diretamente conectadas em um movimento dialético<sup>30</sup> - que será explorado nesta resenha a partir de uma perspectiva extremamente contemporânea: quais são as formas como esta arte representa a realidade material econômica mais imediata à sociedade?

Essa relação entre a realidade objetiva e sua representação pela arte e pelas ciências foi inicialmente vista como um problema de reflexão por Platão e Aristóteles na Grécia Antiga. Suas contribuições foram responsáveis

<sup>30</sup> Método adotado que busca o conhecimento a partir das contradições.

pelo surgimento da estética - a área que estuda o belo.

No período de sua origem, a estética enxergou e interpretou “como uma atividade que manifesta a beleza sensível, aparente e ilusória do real, o belo estético, sendo, portanto, oposta ao conhecimento científico da verdade, compreendido como uma certeza inteligível, essencial e efetiva do que as coisas são”<sup>31</sup>. Tal perspectiva é resultado do caráter fetichista da produção de significações, ou seja, da não percepção dessas enquanto resultado do trabalho humano para a compreensão do mundo. As ciências de modo geral e as artes têm muito mais em comum do que se observa na aparência.

O que difere os resultados dessas significações e abstrações da realidade são suas ferramentas, não seus pontos de partida. Sendo assim, uma produção do saber científico-econômico pode ter o mesmo ponto de partida das produções populares do saber. Ambas são resultados do trabalho, que tentam abstrair a realidade e compreendê-la. No entanto, apenas uma é

<sup>31</sup> PESSOA, Fernando. **Arte e verdade no pensamento de Nietzsche**. Pessoaapessoa, 2015. Disponível em: <http://pessoaapessoa.blogspot.com/2015/04/arte-e-verdade-no-pensamento-de.html#more>. Acesso em: 12 out. 2023.

legitimada enquanto produção do trabalho consciente.

Na sociedade contemporânea, em que as ditas ciências econômicas aparecem como ferramentas técnicas (imparciais e não ideológicas) de gestão de recursos escassos, a arte pode ter o caráter revolucionário de evidenciar as contradições desta outra forma de significação. E, para além de evidenciar estas contradições, a arte pode ter o papel de demonstrar um horizonte de possibilidades. Algo que ultrapasse a objetividade positivista das “águas gélidas do cálculo egoísta”<sup>32</sup> das ciências econômicas enquanto ferramenta exclusiva do capital.

Embora a arte seja dotada de tal potência, estudiosos da “era da reprodutibilidade técnica” da arte<sup>33</sup> observaram que, dentro do modo de produção capitalista, a mesma tem cumprido o papel de alienar, de servir como uma ferramenta do capital e da ideologia dominante na formação de uma “falsa consciência”<sup>34</sup> das massas. Essa falsa

consciência seria dotada de atenuar as contradições do capitalismo e servir de produto para a sua própria lógica de produção e reprodução.

Neste sentido, as contribuições do filósofo György Lukács em sua teoria dos reflexos servem de instrumento para a compreensão da disputa pelos sentidos entre a arte e a ciência enquanto ferramentas do capital, e ambas enquanto armas revolucionárias. Lukács demonstra que tanto as ciências quanto as artes, no capitalismo, tendem por passar pelo processo de superficialidade: de produzirem significados acerca do fenômeno, ignorando (não de forma consciente) a essência.

Neste sentido, Lukács aponta que: “A forma científica é tanto mais elevada quanto mais adequado for o reflexo da realidade objetiva que oferecer, quanto mais universal e compreensiva, quanto mais superar ou deixar para trás a imediata forma fenomênica sensivelmente humana da realidade, tal como esta se apresenta cotidianamente”<sup>35</sup>.

O exame atento do fenômeno artístico e do fenômeno científico-econômico na contemporaneidade, na sociedade do consumo, é o ponto de partida para suas superações enquanto ferramentas de alienação, enquanto ferramentas da classe dominante. Somente assim a compreensão de suas respectivas

<sup>32</sup> MARX, Karl; Engels, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo editorial, 2015, p. 42.

<sup>33</sup> BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2018.

<sup>34</sup> Aqui adotamos a definição marxista de falsa consciência, ou seja, a que entende que “A falsa consciência diz respeito ao conjunto de ideias que constitui o reflexo, na consciência, de uma realidade que, em si mesma, se movimenta de maneira contraditória e se apresenta de maneira invertida.”

BALDI, Luiz. A categoria ideologia em Marx e a questão da falsa consciência. **Revista Katálysis**, v. 22, p. 631-640, 2019.

<sup>35</sup> LUKÁCS, Georg. **Introdução a uma estética marxista: sobre a particularidade como categoria da estética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. p. 170.

funções históricas enquanto armas populares revolucionárias poderá ser alcançada.

Como exemplos dessa tentativa de compreensão crítica e revolucionária, podemos citar Muniz Sodré (1979) categorizou o samba do pós-abolição como crônica do Rio de Janeiro<sup>36</sup>, ou seja, como ferramenta de produção de sentidos de um grupo específico (negros e negras). Panna Nawar (2022) faz a aproximação do rap da década de 90 como uma ferramenta libertadora da educação. Frantz Fanon (1961) aborda a cultura do colonizado como uma ferramenta de resistência e luta, apontando que “na dança, no canto melódico, nos ritos, nas cerimônias tradicionais” poder-se-á observar a ebulição popular: “Tudo concorre para despertar a sensibilidade do colonizado, para tornar inatuais, inaceitáveis, as atitudes contemplativas ou de derrota [...] o colonizado reestrutura sua percepção. O mundo perde seu caráter maldito. Estão reunidas as condições para o inevitável confronto”<sup>37</sup>.

Na contramão deste movimento, observa-se também o caráter da arte enquanto ferramenta alienante. Atualmente, diversos aspectos nocivos da estrutura social são retratados e legitimados em diversos campos artísticos, desde músicas até obras cinematográficas. Nesse sentido, obras musicais que exaltam

características nocivas do agronegócio brasileiro, por exemplo, ganharam bastante popularidade em plataformas de áudio e nas mídias sociais. A título de exemplo, é possível citar a música “Colonão”, da dupla Adson e Alana, lançada no ano de 2021 e que no presente conta com 34 milhões de visualizações na plataforma Youtube. Na letra da música, o eu lírico busca enfatizar que os ganhos materiais provenientes do setor agropecuário brasileiro são superiores aos bens materiais desejados pela população urbana. No entanto, em versos da canção existe uma exaltação ao lançamento de defensivos agrícolas (popularmente conhecidos como agrotóxicos) nas plantações brasileiras, com o seguinte trecho: “[...] Eu disse ão-ão-ão passa o veneno de avião”<sup>38</sup>.

Além da questão ambiental, ao longo do século XX, diversas obras artísticas lançadas reforçam chagas sociais presentes na estrutura social brasileira, como machismo e violência contra a mulher. Um exemplo notório é a música Maria Chiquinha, extremamente popular na década de 1990. Após diversas críticas, intérpretes da música evitam cantar alguns de seus trechos que poderiam remeter a violência contra a mulher. Da mesma forma, além das melodias, a literatura brasileira também apresentou obras populares que supostamente legitimaram crimes, entre eles, o racismo. Obras do escritor Monteiro Lobato, autor este do clássico livro

<sup>36</sup> SODRÉ, Muniz. **Samba, o dono do corpo**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. p.45.

<sup>37</sup> FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2022.

<sup>38</sup> **Colonão**. Letras. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/adson-alana/colonoa/>. Acesso em: 12 out. 2023.

infantil “Sítio do Picapau Amarelo”, sofreram atualizações para a retirada de trechos que continham frases com conotações racistas<sup>39</sup>.

Outrossim, analisando em um plano internacional, obras artísticas também são utilizadas para legitimar estruturas nefastas da sociedade contemporânea. No filme “E o vento levou...”, ganhador do Oscar de melhor filme em 1939, existe uma série de críticas a diversas cenas do filme que naturalizam o caráter racista vigente nos Estados Unidos durante a Guerra da Secessão, período em que o filme é retratado. As diversas críticas direcionadas ao longa-metragem fizeram com que a HBO, detentora de seus direitos, retirasse o filme de seu catálogo<sup>40</sup>.

Assim, múltiplas obras que legitimam estruturas vigentes da sociedade capitalista são produzidas e divulgadas para o consumo em massa. E obras que, a priori, poderiam servir como ferramenta de crítica a essas estruturas, acabam se tornando apenas produtos mercantilizados que geram uma legitimação do status quo.

Por fim, entende-se que as condições materiais objetivas, a ciência da escassez e a cultura podem cumprir tanto o papel emancipador quanto alienante - e justamente aí se encontra a possibilidade revolucionária tanto da ciência econômica quanto da arte. Parafraseando Fanon: “O primeiro dever do poeta colonizado é determinar claramente o tema do povo de sua criação. Só podemos avançar resolutamente se primeiro tomamos consciência de nossa alienação.”<sup>41</sup>

---

<sup>39</sup> LOBATO, Cleo. **Obras de Monteiro Lobato passam por atualização após acusações de racismo**. Veja, 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/cultura/obras-de-monteiro-lobato-passam-por-atualizacao-apos-acusacoes-de-racismo>.

Acesso em: 12 out. 2023.

<sup>40</sup> **HBO Max retira ‘E o Vento Levou’ do catálogo por falta de ‘contexto histórico’**. CNN Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/entretenimento/hbo-max-re-tira-e-o-vento-levou-do-catalogo-por-falta-de-contexto-historico/>. Acesso em: 12 out. 2023.

---

<sup>41</sup> FANON, Frantz .Idem. Ibidem.

# Desigualdade e Sustentabilidade: Novo PAC

*Arthur Buffon Rodrigues Viana*

*João Henrique da Silva Nascimento*



CASTRO, Ana Flávia; COSTA, Mariana. Novo PAC vai gerar, “no mínimo”, 4 milhões de empregos, diz Lula. *Metrópoles*, 2023. Disponível em: <https://bit.ly/44kKaFS>. Acesso em: 10 out. 2023.

Dias quentes, ventos fortes e tempo instável. O Brasil teve nas primeiras semanas de julho os dias mais quentes já registrados no mês<sup>42</sup>. Na mesma medida, o nível das desigualdades sociais no país está em constante crescimento. Diante desse fato, não se pode sustentar apostar num futuro mantendo as mesmas políticas de crescimento econômico que a economia global está direcionada. No Brasil, a atual gestão do governo Lula manteve, desde sua campanha, um compromisso de desenvolvimento inclusivo, com estabilidade e

<sup>42</sup> JULHO de 2023 foi o mais quente no Brasil desde 1961. Portal INMET, 2023. Disponível em: <https://portal.inmet.gov.br/noticias/julho-de-2023-foi-o-mais-quente-no-brasil-desde-1961>. Acesso em: 26 out. 2023.

sustentabilidade<sup>43</sup>. Promessa de mandato que se torna tão importante em tempos de agravamento das questões social e climática. Nesse sentido, no dia 11 de agosto de 2023, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apresentou o início do Plano de Transformação Ecológica que, segundo ele, contemplaria a “criação de uma nova conduta e postura em relação à Ecologia”<sup>44</sup>.

Somado a isso, o governo Lula lança, em concomitância, o Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), sob um discurso do caminhar econômico verde e sustentável. O Plano de Transformação Ecológica, então, partiria para além da transição energética ou alteração dos

<sup>43</sup> SOUZA, Rebelo de. **Alckmin disse que a eleição de Lula salvou a democracia brasileira**. Portal Gov.br, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/vice-presidencia/central-de-conteudo/noticias/2023/alckmin-disse-que-a-eleicao-de-lula-salvou-a-democracia-brasileira>. Acesso em: 26 out. 2023.

<sup>44</sup> COELHO, Henrique; MAZUI, Guilherme. **Haddad lança plano de Transformação Ecológica e promete nova postura do governo em relação ao meio ambiente**. G1, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/08/11/haddad-la-nca-plano-de-transformacao-ecologica-e-promete-nova-postura-do-governo-em-relacao-ao-meio-ambiente.ghtml>. Acesso em: 26 out. 2023.



combustíveis fósseis pela energia renovável. Trataria de unir pautas como combate à desigualdade social e incentivo ao desenvolvimento ecológico. Porém, antes de nos aprofundarmos nessa face contemporânea do programa, temos que entender algumas coisas: o que é o PAC? Quando surgiu? Quais são seus antecedentes?

O PAC foi uma criação do segundo governo Lula, é um marco desta gestão conhecida pelos investimentos em infraestrutura. Implementado pela primeira vez em janeiro de 2007, buscava aumentar a velocidade de crescimento econômico e o nível de emprego. Composto um conjunto de medidas para incentivar o investimento público e privado em infraestrutura, mas também facilitar o desenvolvimento, desmembrando entraves burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos ao crescimento. Dessa forma o PAC marca a trajetória do país pois, após vários planos de estabilização monetária em nossa história recente, era a primeira vez que se falava novamente em um plano de desenvolvimento, ou crescimento, para o país desde o II PND, em 1974.

Até então o programa tinha um total de três balanços, distribuídos pelos quadriênios: 2007-2010, 2011-2014 e 2015-2018; respectivamente PAC 1, PAC 2 e PAC 3. A autora Maria Nunes destaca no texto “O Programa de Aceleração do Crescimento e as

Fronteiras”<sup>45</sup> algumas considerações dessas experiências anteriores. Na primeira fase, Nunes aponta que os investimentos aplicados voltaram-se ao fomento do setor produtivo, buscando projetos com potência para um desenvolvimento socioeconômico. À luz disso, no PAC 2, esse aporte financeiro seguiu em obras de infraestrutura, como energia e transporte, mas com a especificidade de destinar recursos aos municípios, buscando atender necessidades sociais e assistenciais.

Nunes aponta que o PAC 3 surge em meio às perspectivas de ampliação dos investimentos públicos nos municípios visando uma diminuição das disparidades regionais. O intuito aqui é instigar o desenvolvimento regional e contribuir com os estímulos aos investimentos privados. Ponderando sobre esses objetivos, a autora destaca que o enfoque regional é, em certa medida, uma via em contramão. Não se tem uma sinergia com o crescimento econômico nos territórios, apesar do grande investimento a nível regional. Existe um descompasso de desenvolvimento, e como consequência, as localidades que são mais capazes de reter os recursos se destacam mais na destinação dos volumes de capital.

---

<sup>45</sup> NUNES, Maria. O programa de aceleração do crescimento e as fronteiras. In: PÊGO FILHO, Bolívar; MOURA, Rosa. **Fronteiras do Brasil: uma avaliação de política pública**. Rio de Janeiro: IPEA, 2018. p. 381 - 411. Disponível em: [https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/index.php?option=com\\_content&view=article&id=34441](https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/index.php?option=com_content&view=article&id=34441). Acesso em: 26 out. 2023.

Já o Novo PAC é um programa de ação conjunta entre o Ministério da Fazenda e do Meio Ambiente<sup>46</sup>, unindo o desenvolvimento com a sustentabilidade e visando também a diminuição da desigualdade social dentro dos estados da federação. Nesse ponto, o discurso do ministro Fernando Haddad, durante o seu lançamento do programa, destacou que: "Tão importante quanto o desafio ambiental é o desafio de superar a pobreza de um país ainda marcado por uma profunda desigualdade social". Dito isso, o Novo PAC utilizará, por exemplo, como ferramentas para tentar concretizar esses objetivos: investimentos em moradia, mobilidade urbana, urbanização das favelas e saneamento básico<sup>47</sup>. O Governo espera transformar as cidades a partir dessas medidas, empenhando os recursos para garantir a qualidade de vida dos moradores.

Para conseguir realizar todas as mudanças que estão sendo prometidas, a nova versão do programa irá investir cerca de R\$1,7 trilhão nos estados brasileiros. Essa verba está sendo destinada para os mais diversos setores e segmentos da nossa economia. Nesse sentido, poderá atuar com certas medidas institucionais, como pela expansão do crédito e

---

<sup>46</sup> **NOVO PAC vai investir R\$ 1,7 trilhão em todos os estados do Brasil.** Portal Gov.br, 2023. Disponível em: [https://www.gov.br/pt-br/noticias/transito-e-transportes/2023/08/novo-pac-vai-investir-r-1-7-trilhao-em-todos-os-estados-do-brasil#:~:text=NOVO%20PAC-,Novo%20PAC%20vai%20investir%20R\\$%201,7%20trilh%C3%A3o%20em,todos%20os%20estados%20do%20Brasil&text=O%20presidente%20da%20Rep%C3%BAblica,%20Luiz,todos%20os%20estados%20do%20Brasil](https://www.gov.br/pt-br/noticias/transito-e-transportes/2023/08/novo-pac-vai-investir-r-1-7-trilhao-em-todos-os-estados-do-brasil#:~:text=NOVO%20PAC-,Novo%20PAC%20vai%20investir%20R$%201,7%20trilh%C3%A3o%20em,todos%20os%20estados%20do%20Brasil&text=O%20presidente%20da%20Rep%C3%BAblica,%20Luiz,todos%20os%20estados%20do%20Brasil). Acesso em: 26 out. 2023.

<sup>47</sup> Ibidem.

incentivos econômicos, ou mesmo no planejamento, gestão e nas compras públicas<sup>48</sup>. Haddad ainda aponta que “vão garantir grandes obras pelo Brasil, fomentando um maior crescimento entre os estados”. Dessa maneira, vale ressaltar que o Novo PAC não vai buscar somente por medidas sustentáveis, mas também um desenvolvimento entre os entes federativos. O que evidencia o potencial que a economia brasileira possui em crescer e gerar um bem estar social, garantido um caráter sustentável.

No entanto, um ponto relevante dessa análise é observar mais aprofundadamente se o Novo PAC conseguirá diminuir o nível da desigualdade social no país. Para isso, é válido observar que a nova forma de direcionar recursos busca ouvir propostas dos próprios estados, que trazem à tona suas especificidades. Existe a pretensão de se distribuir, como dito anteriormente, um montante de R\$1,7 trilhão entre os estados brasileiros, visando um crescimento geral do país. O que certamente nos instiga a pensar que ampliaria a cadeia de desenvolvimento socioeconômico, além de diminuir o nível da desigualdade entre territórios. Mas diante disso, revela-se necessário relembrar da análise que a autora Maria Nunes fez sobre as gerações anteriores do programa.

Posto isso, nem tudo são mil maravilhas. Como observado nos períodos passados, o PAC não conseguiu efetuar essa distribuição de maneira

---

<sup>48</sup> Ibidem.

igual, causando ainda mais discrepâncias sociais no Brasil. Aqui o método utilizado era o da Política Nacional de Desenvolvimento Regional que atua pelo cruzamento de duas variáveis: rendimento domiciliar médio e crescimento do PIB per capita, buscando atuar nas regiões com menor interesse de mercado, valorizando-as. Nesse sentido, apesar do PAC ter destinado investimentos para regiões menos dinâmicas, o programa não deu prioridade às diferenças que as demais regiões possuem entre si. Além disso, os investimentos não mostraram considerar as influências históricas e socioeconômicas dos diferentes espaços, e muito menos como elas contribuem para que o ritmo de crescimento dessas regiões ocorra de forma tão desigual.

Podemos citar, por exemplo, a situação das regiões fronteiriças, que sofrem com o intenso grau de contato entre os diferentes territórios nacionais. Como estão colocados perante um extremo afastamento das questões nacionais, acabam se relacionando por anos em sistemas de trocas comerciais entre as fronteiras. Assim, quando se trata dos investimentos do PAC com ênfase no social e desenvolvimento urbano, é perceptível que as regiões com maior instrumento público se destacam, em comparação com os municípios que possuem menor capacidade de reter recursos próprios. A partir disso, pode ser observado que a distribuição desigual de investimentos em equipamentos públicos e da indisponibilidade de redes de assistência, de certa forma, mantêm a condição de pobreza nessas áreas.

Uma breve avaliação de medidas anteriores do PAC evidencia que a má execução dos investimentos não conseguiu atuar em uma medida que levasse em consideração as diversidades sociais entre as regiões. Uma solução para esse problema, como sugerido pela própria Maria Nunes no livro "As Fronteiras do Brasil", é adotar políticas públicas que considerem as características territoriais, influências históricas e socioeconômicas no planejamento de ações e investimentos públicos para que, assim, possamos efetivamente diminuir as disparidades sociais, e, dessa vez, o PAC venha a ser efetivo.

À luz disso, constroem-se duas medidas de atuação sobre o Novo PAC. Em uma primeira proporção, é necessário que o PAC seja instituído de forma a apaziguar a desigualdade territorial no país. Mas não somente isso, o programa terá que, em uma segunda gerência, promover o âmbito sustentável e remar contra a sentença em que se encaminha a economia global. O que se pode concluir até então é que uma grande massa de capital está sendo direcionada para atender a essas demandas. Além disso, a postura que o governo tem tido, como na licença para a Petrobras perfurar na Foz do Amazonas ou o caso da BR-319<sup>49</sup>,

<sup>49</sup> JÚNIOR, Janary. **Marina Silva: veto do Ibama à licença para Petrobras perfurar na Foz do Amazonas é técnico.** Agência Câmara de Notícias, 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/993192-ministra-diz-que-veto-do-ibama-a-licenca-para-petrobras-perfurar-na-foz-do-amazonas-e-tecnico/>. Acesso em: 26 out. 2023.

denotam um vínculo com a sua proposta em campanha. No mais, fica a expectativa que a forma de distribuição de recursos alternativa amenize o problema da centralização de capital.

# Haiti: crises, intervenções e subimperialismo

*Diogo Schiavinatto*

*Gabriel Santos*



Conselho de segurança da ONU aprova redução da missão de paz no Haiti. O Globo, 2011. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/conselho-de-seguranca-da-onu-aprova-reducao-da-missao-de-paz-no-haiti-2786988>. Acesso em: 16 nov. 2023.

O Haiti, país mais pobre das Américas, possui um extenso histórico de crises e convulsões sociais, que persistem até hoje e, em parte, se explicam pela sua longa formação socioeconômica e histórica. Dessa forma, com o intuito de entender essa nação, é necessário analisar a história do Haiti, as missões multinacionais ali conduzidas e o atual debate acerca de uma nova intervenção, destacando o papel do Brasil como interventor subimperialista na ilha caribenha.

Nesse sentido, torna-se relevante abordar a formação histórica do Haiti, que ocorreu enquanto o primeiro alvo do colonialismo nas

Américas. A colônia francesa, conquistada em 1492, voltou-se para a produção de cana-de-açúcar pelas mãos de mais de 500 mil escravizados, tornando-se a mais próspera da região<sup>50</sup>. Mais tarde, no século XVIII, influenciados pela Revolução Francesa, líderes como Boukman Dutty e Cécile Fatiman incentivaram os escravizados a resistirem por meio do incêndio de plantações e da retaliação aos brancos colonizadores, o que desencadeou uma onda de conflitos violentos. A partir disso, deu-se início a um processo de doze anos que tornou o Haiti, em 1804, o primeiro país ocidental a abolir o trabalho escravo, o primeiro país independente do Caribe e a primeira república negra do mundo.<sup>51</sup>

Esses expressivos feitos, no entanto, vieram acompanhados de um alto custo político,

<sup>50</sup> BRASIL, Thâmara. **Haiti: uma história conturbada**. Agência Senado, 2009. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2009/08/14/haiti-uma-historia-conturbada>. Acesso em: 13 nov. 2023.

<sup>51</sup> JOSEPH, Wisly. **História da crise sócio-política atual do Haiti: como tudo chegou ao ponto atual?** Le Monde Diplomatique Brasil, 2023. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/historia-da-crise-socio-politica-do-haiti-como-tudo-chegou-ao-ponto-atual/>. Acesso em: 14 nov. 2023

diplomático e financeiro. Nenhum país conferiu reconhecimento à nação independente do Haiti e, para o obter, a ilha necessitou realizar um acordo com a França, que consistia em um pagamento de 150 milhões de francos a título de indenização para aqueles proprietários que perderam suas terras ou seus escravizados.<sup>52</sup>

Esse valor, dez vezes superior à receita do país na época, levou o governo haitiano a recorrer a um empréstimo inicial de 30 milhões de francos com um banco francês, dívida que se somou a juros e comissões. Isso gerou uma espiral negativa, fazendo com que os haitianos recorressem a outros bancos, que cobraram altas taxas de juros. Segundo o jornal estadunidense *New York Times*, essa dívida, que financiou a construção da Torre Eiffel, retirou entre US\$21 bilhões e US\$115 bilhões do desenvolvimento econômico do Haiti<sup>53</sup>

Assim, como desdobramento de sua trajetória histórica, o país enfrenta atualmente uma situação financeira precária, caracterizada pelo domínio de gangues, desemprego e miséria. Diante de tal cenário, surge a pergunta: qual

<sup>52</sup> **HAITI: a multa astronômica que um dos países mais pobres do mundo teve de pagar por sua independência.** BBC News Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-46721129>.

Acesso em 11 nov. 2023.

<sup>53</sup> **NEW York Times revela 'resgate' astronômico pago pelo Haiti à França por sua independência.** O Globo, 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2022/05/new-york-times-revela-resgate-astronomico-pago-pelo-haiti-a-franca-por-sua-independencia.ghtml>. O Globo, 2022.

Acesso em 16 nov. 2023

seria a solução para os desafios enfrentados pelo Haiti?

Para o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), a solução passa pela intervenção. Em 2 de outubro deste ano, o CSNU, sob presidência e aprovação brasileira, autorizou uma nova operação na ilha, a Missão Multinacional de Apoio à Segurança no Haiti (MSS), com auxílio brasileiro, mas liderada pelo Quênia. O seu propósito é oferecer suporte à Polícia Nacional do Haiti (PNdH) na busca pela paz e segurança.<sup>54</sup>

Contudo, ao adotarmos a perspectiva do economista haitiano Camille Chalmers, em contraste com a visão da organização global, torna-se claro que a proposta carece de consenso. Isso porque Chalmers discorda da ideia de que as intervenções no Haiti tenham impactos positivos para a nação, destacando seu compromisso em amplificar a voz do povo haitiano, contrário a tais ações. Segundo ele, o Haiti é vítima de um "caos orquestrado por organizações imperialistas", que priorizam seus interesses comerciais e prejudicam a autodeterminação e o desenvolvimento da nação. Nesse contexto, Chalmers destaca a participação passada do Brasil na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah) como fator influente na lamentável

<sup>54</sup> **ENVIO de Missão Multinacional ao Haiti.** Portal Gov.br, 2023. Disponível em: [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/envio-de-missao-multinacional-ao-haiti](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/envio-de-missao-multinacional-ao-haiti). Acesso em: 17 nov. 2023.

situação atual do país centro-americano<sup>55</sup>. Em vista disso, cabe examinar essa operação, explorando o papel desempenhado pelo Brasil nesse contexto e as razões para evitar sua repetição com a MSS, na qual o país auxiliará a PNdH.

Torna-se, portanto, necessário mencionar os antecedentes que resultaram na criação da Minustah. Após 30 anos de ditadura, o Haiti realizou sua primeira eleição democrática em 1990, elegendo Jean-Bertrand Aristide, o qual possuía grande apoio popular. Reeleito em 2000, Aristide enfrentou acusações de fraude, marcando um período com críticas e violência. A instabilidade atingiu seu auge em 2004, quando Aristide, sob pressão interna e externa, renunciou à presidência. Quanto a isso, persistem suspeitas de um golpe promovido por EUA, França e Canadá, relacionado a interesses econômicos e sociais. Isso inclui a recusa francesa em reembolsar o enorme pagamento (que em 2004 equivalia a US\$21 bilhões) feito pelo Haiti por sua independência e a oposição americana às políticas salariais de Aristide, nocivas aos interesses das multinacionais *yankees* na ilha.<sup>56</sup>

<sup>55</sup> ADAMOR, Julio. **Haiti é vítima de caos orquestrado que o impede de definir seu próprio rumo, diz dirigente político**. Brasil de Fato, 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/10/05/haiti-e-vitima-de-caos-orquestrado-que-o-impede-de-definir-seu-proprio-rumo-diz-dirigente-politico>. Acesso em 11 nov. 2023.

<sup>56</sup> VERENHITACH, Gabriela Daou. **A MINUSTAH e a política externa brasileira: motivações e consequências**. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, p. 123. 2008. Disponível em:

Nesse contexto, o exílio do primeiro-ministro em 2004 desencadeou uma crise institucional no Haiti, levando a uma reunião extraordinária do Conselho de Segurança da ONU, que aprovou a criação da Minustah. A missão, voltada para a promoção da paz, aplicação da lei e fortalecimento das instituições democráticas, contou com a participação do Brasil, convidado a integrar a iniciativa<sup>57</sup>. Dentro do âmbito do governo brasileiro, o presidente Lula e o ex-ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim, ressaltaram não apenas a importância da liderança de nações em desenvolvimento, como o Brasil e o Chile, para uma abordagem íntegra dessa missão, mas também destacaram o caráter nacional intrinsecamente solidário e generoso.<sup>58</sup>

O discurso, entretanto, não correspondeu às ações efetivas do exército brasileiro durante os 13 anos na nação caribenha. Apesar das conquistas dessa missão, a sua liderança por países subdesenvolvidos não assegurou

<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/9701>. Acesso em 17 nov. 2023.

<sup>57</sup> GODOI, Thiago Bortone. **Aspectos multidimensionais das missões de paz da ONU e a MINUSTAH**. Monografia (Especialização em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, p. 69. 2010. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/1129>. Acesso em: 17 nov. 2023.

<sup>58</sup> CORREA, Paulo Gustavo Pellegrino. **MINUSTAH e diplomacia solidária : criação de um novo paradigma nas operações de paz?** Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, p. 110. 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/973>. Acesso em: 17 nov. 2023.

qualquer integridade e não pode ser vista como um ato generoso. Sendo assim, a intervenção pode ser mais adequadamente compreendida através da teoria do subimperialismo.

Na teoria marxista da dependência, em especial na obra de Ruy Mauro Marini, o subimperialismo descreve a dinâmica em que economias dependentes, ao atingirem a fase dos monopólios e do capital financeiro, se integram ao imperialismo, resultando em hierarquias entre os países da região. Nesse processo, o subimperialismo vale-se de uma política externa expansionista relativamente autônoma, com cooperação antagônica com os centros imperialistas. Essa cooperação envolve uma colaboração ativa com os EUA na estabilização da América Latina, através da influência verde-amarela sobre países vizinhos, e choques pontuais com a agenda americana, objetivando espaços para o Brasil. Em síntese, cria-se um cenário propício para ambas as partes.

Dessa maneira, pela parte do Brasil, destacam-se os interesses políticos, econômicos, militares e ideológicos, que orientaram a sua política externa em busca de maior visibilidade internacional. Politicamente, o país almejava um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU a fim de reforçar seu papel destacado na região. Militarmente, promoveu a indústria bélica e aumentou os recursos para as Forças Armadas, com ações como o Plano Nacional de Estratégia de Defesa. Economicamente,

empresas brasileiras, especialmente empreiteiras e construtoras, possuíam forte presença no mercado local, com foco na reconstrução do país. Além disso, houve uma dimensão ideológica, buscando produzir ideologia, valores e consenso, exemplificado pelo "Jogo da Paz", em que a seleção brasileira de futebol proporcionou uma breve pausa no conflito.

Dessa intervenção, decorreram consequências notáveis, como se denota por uma carta de rechaço: "Em vez de defender os direitos humanos, os soldados da Minustah se converteram em violadores: estupros, repressão de manifestações, abuso de autoridade, interferência no processo eleitoral, dentre outros atos inaceitáveis amplamente documentados"<sup>59</sup>.

À vista disso, torna-se crucial destacar que o subimperialismo brasileiro, presente em diversos países vizinhos, como um fator que contribui para a atual situação do Haiti e para a contínua dependência de nossos irmãos, deve ser contraposto pela busca pela integração latinoamericana, que, conforme pensava Marini, representa a única possibilidade de uma verdadeira emancipação para a região.

---

<sup>59</sup> DULCE, Emilly. **Há dois anos terminava a missão do exército brasileiro no Haiti: "sucesso para quem?"**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/especiais/ha-dois-anos-terminava-a-missao-do-exercito-brasileiro-no-haiti-sucesso-para-quem>. Brasil de Fato, 2019. Acesso em: 23 nov. 2023.



# Here Comes The Sun: Capitalismo e Futuro Ambiental

Matheus Leopoldo

Pâmela Christye



CAVALCANTE, Nina. **Relógio projetado no Cristo Redentor chama atenção para a conscientização ambiental.** R7, 2023. Disponível em: <https://lorena.r7.com/categoria/Noticias/Relogio-projetado-no-Cristo-Redentor-chama-atencao-para-conscientizacao-o-ambiental>. Acesso em: 28 out. 2023.

Here Comes The Sun (Lá vem o sol)

The Beatles

[...]

Little darling, it's been a long cold lonely winter (*Queridinha, tem sido um inverno longo, frio e solitário*)

[...]

Little darling, the smiles returning to the faces (*Queridinha, os sorrisos estão voltando aos rostos*)

[...]

Here comes the sun, here comes the sun (*Lá vem o sol, lá vem o sol*)

And I say it's all right (*Eu digo está tudo bem*)

Here comes the sun (*Lá vem o sol*)

Dias estáveis, clima fresco com um céu limpo e poeticamente azul, a população global em 1969 estava envolvida por meio de uma música contagiante e que transmitia uma mensagem apaziguadora e vibrante: “*Here Comes the Sun*”. A banda The Beatles lança essa melodia que retrata as condições materiais imediatas de uma população em fins da década de 1960. Estima-se que, desde então, a temperatura média global está em crescimento, atingindo uma elevação de aproximadamente 1,5°C<sup>60</sup> no ano de 2022. Talvez não se trate de mera coincidência o fato desse superaquecimento do planeta coincidir com o período em que o desenvolvimento das forças produtivas

<sup>60</sup> PADDISON, Laura; DEWAN, Angela. **Crise climática: mundo quebra limite de aquecimento de 2° C.** CNN Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/crise-climatica-mundo-quebra-limite-de-aquecimento-de-2oc/>. Acesso em: 24 nov. 2023.

encontrava-se em ascensão e, a partir disso, transita para a era do neoliberalismo, a força hegemônica a comandar as relações humanas e sociais.

Nesse sentido, as pesquisadoras Tânia Franco e Graça Druk<sup>61</sup> comentam a respeito de como, a partir da Revolução Industrial, houve a alteração quanto a relação do trabalho no mundo e como isso revolucionou os meios de produção, os quais agora seriam ligados pela divisão do trabalho e pela acumulação de capital. Essa mudança compactua, também, para a transformação social e econômica envolvendo o homem e sua relação com o meio ambiente e, conseqüentemente, na sua intimidade concreta com a sua individualidade e totalidade. Nesse momento, aparecem problemas como a liberdade individual *versus* a coletiva; o direito de construir uma petrolífera no meio do Amazonas *versus* a preservação ambiental (e humana) a longo prazo.

Em suma, é impossível falar em crise ambiental sem falar em capitalismo, afinal, a primeira se apresenta como uma das dimensões da crise do modo de produção vigente. Paul Burkett, economista norte-americano especialista em estudos sobre ecologia a partir da crítica da economia política de Marx, explica que a

acumulação do capital requer condições materiais que permitam a exploração da força de trabalho, para que esta atue na transformação dos recursos naturais, cristalizando-os na forma de mercadorias vendáveis<sup>62</sup>. No entanto, a tendência do capitalismo de transformar tudo em mercadoria pressupõe a criação de novas necessidades de consumo, que exigem a intensificação do ritmo de produção a fim de garantir a reprodução cada vez mais ampliada do ciclo do capital, cujos efeitos negativos são externalizados. Como bem demonstrou Geneviève Azam, economista, professora e ativista ambiental, a lógica da destruição é intrínseca ao processo de acumulação de capital, que configura um processo de *descivilização*, em que o crescimento das forças produtivas transforma-se em força destrutiva.

Em consonância, o professor no Departamento de Desenvolvimento Internacional do *King's College London*, Alfredo Saad Filho, e a professora Fernanda Feil, credenciada no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), apontam que os atuais desafios ambientais estão relacionados a determinadas fontes de estresse na economia global<sup>63</sup>. Uma delas é a

<sup>61</sup> FRANCO, Tânia.; DRUCK, Graça. Padrões de industrialização, riscos e meio ambiente Patterns of industrialization risks and environment. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.3, n.2, p. 61-72, 1998. Disponível em: [https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource\\_ssm\\_path=/media/assets/csc/v3n2/7151.pdf](https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csc/v3n2/7151.pdf). Acesso em: 24 nov. 2023.

<sup>62</sup> SILVA, Maria Beatriz Oliveira. Crise ecológica e crise (s) do capitalismo: o suporte da teoria marxista para a explicação da crise ambiental. *Direito & Realidade*, v. 1, n. 2, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.fucamp.edu.br/index.php/direito-realidade/article/view/247>. Acesso em: 02 nov. 2023.

<sup>63</sup> FILHO, Alfred Saad; FEIL, Fernanda. **Crises climáticas em uma ordem neoliberal**. Carta Capital, 2022.

contradição entre a busca incessante de lucros e os impactos sociais das atividades que geram esses lucros. A contradição é colocada como o âmago da atual crise do capitalismo, uma vez que, ao mesmo tempo em que o lucro é reproduzido, as condições materiais para essa reprodução são destruídas.

Ademais, os professores apontam ainda a incapacidade dos governos e das organizações internacionais em enfrentar as mudanças climáticas. Desde que a questão ambiental ganhou mais visibilidade, a partir da década de 70, quando os impactos do progresso técnico sobre o meio ambiente tornaram-se mais perceptíveis, vários países têm tentado entrar em acordo em relação a algumas medidas. Por exemplo, a traumática experiência do Protocolo de Kyoto, de 1997, que se propunha a tentar resolver o problema das emissões dos causadores do efeito estufa<sup>64</sup>. Um dos efeitos colaterais do protocolo foi a criação de um “mercado dos direitos de poluição”, em que as empresas que emitem mais CO<sub>2</sub> podem comprar direitos de emissão de outras, que poluem menos. Como resultado, hoje, créditos de carbono são negociados nas bolsas de valores.

---

Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/observatorio-da-economia-contemporanea/crisis-climaticas-em-uma-ordem-neoliberal/>. Acesso em: 03 nov. 2023.

<sup>64</sup> LÖWY, Michael. Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista. *Caderno Crh*, v. 26, p. 79-86, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/dZvstrPz9ncnrSOtYdsHb7D/>. Acesso em: 02 nov. 2023.

A exacerbação da crise ecológica aparece, então, como consequência da política capitalista, que prioriza as receitas exorbitantes das grandes corporações em detrimento da sociedade<sup>65</sup>. O ponto crucial é que estas se apoiam na premissa de que a abundância da produção e do consumo, bem como um crescimento econômico expressivo, levam, necessariamente, a uma melhora no bem-estar geral da população sob a qual ela rege. Mas não é bem isso que as transformações sofridas no planeta escancaram.

Em janeiro de 2019, por exemplo, ocorreu o crime de derramamento de lama na cidade de Brumadinho-MG, que chocou o mundo inteiro em meio ao tamanho sem precedentes da catástrofe. O ocorrido, que levou a mais de 260 mortes humanas<sup>66</sup>, além da destruição da fauna e flora local, foi ocasionado pela negligência da companhia global Vale S.A, que, à época, lamentou profundamente o acidente e alegou estar “empenhando todos os esforços no socorro e apoio aos atingidos”<sup>67</sup>. Não podemos ignorar que danos como esse e outros ferem a integridade do ecossistema e corroboram para

---

<sup>65</sup> VIEIRA, Liszt. **Crise ecológica e superação do capitalismo**. Le Monde Diplomatique, 2021. Disponível em:

<https://diplomatique.org.br/crise-ecologica-e-superacao-do-capitalismo/>. Acesso em: 03 nov. 2023.

<sup>66</sup> PASSARINHO, Nathalia. **Tragédia com barragem da Vale em Brumadinho pode ser a pior no mundo em 3 décadas**. BBC News Brasil 2019. Disponível em: [https://rrdm.net.br/sistema/arquivos/arquivos\\_imprensa/125121170719.pdf](https://rrdm.net.br/sistema/arquivos/arquivos_imprensa/125121170719.pdf). Acesso em: 24 nov. 2023.

<sup>67</sup> **SOBRE o rompimento na barragem de Brumadinho**. Vale, 2019. Disponível em: <http://surl.li/nnccs>. Acesso em: 24 nov. 2023.

as mudanças climáticas<sup>68</sup>, seja os buracos na camada de ozônio ou a poluição ambiental, que se encaminham ao *aquecimento global*. Há, então, uma moeda de faces questionáveis: uma empresa de mineração que afirma buscar a “sustentabilidade” e o “futuro coletivo” da sociedade, quando, na realidade, estabiliza-se certa contradição em suas ações nomeadas como “acidente”.

Situações como essas só reforçam ainda mais a necessidade de mudança coletiva e o desconforto social climático, em que maiores índices de produção humana prejudicam o meio ambiente e impactam diretamente nas altas temperaturas globais. Ao retroceder e pensar na elevação de 1,5°C, mencionado anteriormente, a CNN Brasil notificou que, no dia 17 de novembro de 2023, a temperatura média global atingiu patamares recordes<sup>69</sup>. Esta foi registrada em 2°C acima dos níveis antes do processo industrial, alcançando níveis extremos na sensação térmica e reforçando o superaquecimento global. Além disso, fora publicado um relatório geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em que António

Guterres, secretário geral da organização, afirma que as mudanças climáticas já são notórias e aterrorizantes, e que tudo isso seria apenas o começo do superaquecimento, frisando, então, que “a era da *ebulição global* chegou”<sup>70</sup>.

Temos pouco tempo, se é que nos resta algum, para reverter todo o caos ambiental instalado. Se você compartilha do pensamento de que o capitalismo é caracterizado por movimentos cíclicos e é capaz de superar todas as suas crises, talvez seja a hora de começar a repensar a capacidade que este tem de sobreviver ao esgotamento dos recursos naturais. E sobre aquele famoso questionamento, em que nos é indagado sobre qual o mundo que queremos deixar para as gerações futuras... talvez devêssemos nos perguntar se realmente haverá algo a ser deixado.

*Here comes the sun... and it's not alright.*

<sup>68</sup> **A redução da fauna e flora causa impactos tão graves quanto a poluição.** Correio Braziliense, 2012. Disponível em:

[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/ciencia-e-saude/2012/05/03/interna\\_ciencia\\_saude,300594/reducao-da-fauna-e-flora-causa-impactos-tao-graves-quanto-a-poluicao.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/ciencia-e-saude/2012/05/03/interna_ciencia_saude,300594/reducao-da-fauna-e-flora-causa-impactos-tao-graves-quanto-a-poluicao.shtml). Acesso em: 24 nov. 2023.

<sup>69</sup> PADDISON, Laura; DEWAN, Angela. **Crise climática: mundo quebra limite de aquecimento de 2° C.** CNN Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/crise-climatica-mundo-quebra-limite-de-aquecimento-de-2oc/>. Acesso em: 24 nov. 2023.

<sup>70</sup> **AQUECIMENTO global: o que é a era da ebulição?** National Geographic, 2023. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/meio-ambiente/2023/07/aquecimento-global-o-que-e-a-era-da-ebulicao>. Acesso em: 28 nov. 2023.

# Artigos

---

## A Articulação do tripé Ensino, Pesquisa e Extensão nas atividades desenvolvidas pelo PET Economia UFES entre 2020 e 2024

*Matheus Ferreira Maia<sup>71</sup>*

### RESUMO

O objetivo do artigo é apresentar a dinâmica interna do PET Economia UFES e analisar alguns projetos de extensão e atividades desenvolvidas pelo PET Economia UFES entre 2020 e 2024 e sua articulação do tripé ensino, pesquisa e extensão. Inicialmente, será relatado como os integrantes do grupo se organizam para a realização dos projetos do programa e, posteriormente, serão analisadas algumas atividades do grupo e sua contribuição tanto para formação plural do estudante quanto a sua contribuição para o eixo ensino, pesquisa e extensão.

**Palavras-chave:** Educação Tutorial; Ensino; Pesquisa; Extensão.

### 1. INTRODUÇÃO

O Programa de Educação Tutorial (PET) foi criado em 1979 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O programa inicialmente era denominado Programa Especial de Treinamento, e detinha o objetivo de formar uma “elite intelectual” dentro das universidades. No entanto, essa concepção desenvolveu-se com o passar dos anos, posto que as atividades desenvolvidas pelos grupos PET extrapolaram a sua concepção inicial, e passaram a articular a extensão acadêmica com questões sociais da realidade brasileira. Desse modo, após longos debates, em 2004, houve uma remodelação dos grupos PET, com o programa sendo

---

<sup>71</sup> Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e bolsista do PET Economia. E-mail: matheus27maia@gmail.com

renomeado como Programa de Educação Tutorial (SABADINI; BIANCHI; AZEVEDO; BOLLELI, 2015).

Nesse contexto, orientado a partir de então pelo Manual de Orientações Básicas (MOB), o Programa de Educação Tutorial tem como seus princípios promover o contato dos integrantes do programa com a comunidade acadêmica e a comunidade externa à Universidade por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Assim, amparado nesse princípio, o PET Economia UFES busca desenvolver atividades, que além de contribuir para a formação acadêmica dos petianos, estimulem a interação da comunidade externa com a Universidade.

Desse modo, o presente artigo busca relatar, em primeiro momento, a dinâmica interna PET Economia da UFES, observando como os integrantes do grupo se organizam para a realização das atividades. Em segundo momento, será analisado como o tripé de ensino, pesquisa e extensão foi articulado nas atividades e projetos de extensão desenvolvidas entre os anos de 2020 e 2024 pelos integrantes do programa<sup>72</sup>.

## 2. DESENVOLVIMENTO

### 2.1 ESTRUTURA DO PET ECONOMIA UFES

O PET Economia UFES foi fundado em 1992, pelo professor Reinaldo Antonio Carcanholo (*in memoriam*), à época docente do Departamento de Economia da UFES. Ao longo dos mais de 30 anos do programa, o PET Economia contou com três tutores em sua coordenação. O professor Reinaldo Carcanholo coordenou o grupo entre 1992 e 2012, sendo sucedido pelo professor do Departamento de Economia da UFES Maurício de Souza Sabadini, que coordenou o PET Economia entre 2012 e 2018. Desde 2018, o grupo é coordenado pelo também professor do Departamento de Economia da UFES Vinícius Vieira Pereira.

O PET Economia UFES é formado por 12 bolsistas e voluntários<sup>73</sup>, que cumprem 20 horas semanais na sala do PET Economia, localizada dentro do Departamento de Economia UFES. Semanalmente, o grupo realiza reuniões internas com objetivo de planejar as atividades a serem elaboradas ao longo dos anos e avaliar as atividades já realizadas. O grupo é coordenado pelo professor-tutor que orienta os demais integrantes no desenvolvimento das atividades. Ademais, os membros do PET Economia são estimulados a externar seus pensamentos sobre os rumos do programa durante as reuniões internas.

---

<sup>72</sup> As atividades relatadas constam nos relatórios e planejamentos oficiais do PET Economia Ufes entre 2020 e 2024.

<sup>73</sup> A quantidade de voluntários varia ao longo do tempo. Atualmente, o PET Economia conta com 1 (um) voluntário no programa.

As atividades desenvolvidas pelo programa buscam articular o tripé ensino, pesquisa e extensão, possibilitando uma formação mais plural dos estudantes do PET Economia UFES. Nesse contexto, para a elaboração das atividades, os integrantes se subdividem em comissões, que são responsáveis pelo andamento do projeto. No entanto, todos os integrantes participam ativamente da execução das atividades realizadas pelo grupo.

## 2.2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO PET ECONOMIA UFES

### 2.2.1 Desmistificando a Economia: do “economês” para o português

O “Desmistificando a economia: do ‘economês’<sup>74</sup> para o português”, é um projeto de extensão desenvolvido pelos integrantes do PET Economia UFES que consiste na apresentação introdutória, por meio de uma linguagem acessível, de conceitos e jargões econômicos amplamente divulgados nos meios de comunicação para o público em geral. O projeto pode ser adaptado para múltiplas metodologias de ensino, com o objetivo de articular noções do saber econômico com a realidade vigente do público-alvo da atividade. O projeto é elaborado por meio de discussões entre os integrantes do PET Economia em suas reuniões internas, nas quais são definidas a metodologia de ensino, a organização da atividade e o seu público-alvo. As grandes áreas da economia que o projeto busca abordar em suas apresentações são: Nível de Atividade, Mercado de Trabalho, Inflação, Política Monetária, Política Fiscal e Setor Externo.

No biênio 2020-2021, a atividade foi desenvolvida em formato virtual, no qual os petianos produziram uma série de vídeos, divulgados nas redes sociais do PET Economia UFES e no Youtube do PET Economia UFES, em que buscavam explicar os principais indicadores econômicos da economia nacional e suas relações com o cotidiano dos brasileiros. Os roteiros de vídeos foram escritos pelos próprios petianos que, aliando uma ampla pesquisa bibliográfica e utilizando as pesquisas elaboradas pelo Estado brasileiro, buscavam também realizar uma análise crítica sobre a política econômica vigente. Nesse contexto, é importante destacar que os roteiros dos vídeos passavam por uma correção prévia do grupo, na qual o professor-tutor e os demais integrantes do programa buscavam corrigir problemas relacionados à estrutura do texto, ao referencial teórico e à ortografia. Após esse crivo, os petianos incluíram tabelas e gráficos nos vídeos, mostrando a variação dos principais indicadores econômicos ao longo do tempo e imagens de notícias de jornais, com o objetivo de conectar as informações ditas com o cotidiano da população brasileira e facilitar a compreensão do conteúdo. Além disso, também foram desenvolvidas *lives*, transmitidas no canal do Youtube do PET Economia, com o objetivo de gerar maior compreensão sobre os

---

<sup>74</sup> O termo “economês” é um jargão utilizado para abarcar termos econômicos de alta complexidade.

conteúdos veiculados nos vídeos. Em 2020, foi realizada uma *live* com o professor do Departamento de Economia Daniel Pereira Sampaio sobre a conjuntura econômica brasileira durante o século XXI. Já em 2021, foi realizada uma *live* com a professora do Departamento de Economia Ana Carolina Giuberti sobre a desigualdade social e as consequências da inflação. No geral, os vídeos e as *lives* alcançaram 1088 visualizações no canal do Youtube e 1331 visualizações no Instagram.

O processo de elaboração dos vídeos ajudou no desenvolvimento de habilidades ligadas ao ensino, posto a necessidade de articular conhecimentos oriundos do campo das Ciências Econômicas com o cotidiano dos brasileiros. De igual modo, a produção dos conteúdos necessitava de um grande arcabouço teórico, o que aprimorava a capacidade do petiano em coletar informações de referências bibliográficas de alta confiabilidade. Além disso, os petianos desenvolveram habilidades relacionadas à edição de vídeos e áudios, além de aprenderem técnicas de legendagem. Como forma de ampliar a didática, foi elaborada uma apostila com os assuntos ministrados em cada vídeo e divulgada, posteriormente, nas redes sociais do grupo.

A realização da atividade no meio virtual estava atrelada à realidade da pandemia da Covid-19, na qual a disseminação do vírus impedia que o projeto fosse desenvolvido em formato presencial. No entanto, com a vacinação em massa da população brasileira contra o Coronavírus e a queda do número de casos da doença no Espírito Santo, o projeto voltou a ser articulado pelos integrantes do PET Economia em formatos presenciais.

Nos anos de 2022 e 2023, o projeto de extensão foi elaborado para ocorrer em escolas de ensino público da região da Grande Vitória, com enfoque nas turmas do 3º ano do ensino médio. O objetivo da atividade, além de estimular o estudo da economia, era incentivar os estudantes a ingressarem nas vagas ofertadas de cursos oferecidos pela UFES ou em outras Universidades ao redor do país.

Em 2022, a atividade ocorreu no dia 25 de julho na EEEM Arnulpho Mattos e contou com a participação dos estudantes do 3º ano da instituição. A atividade buscou, por meio de jogos e dinâmicas, introduzir conhecimentos relacionados à economia entre os estudantes e engajar os discentes a pesquisarem mais a fundo sobre os tópicos apresentados pelos membros do PET Economia UFES. A professora Pollyanna Paganoto, à época docente da instituição, estabeleceu contato entre os membros PET Economia UFES e da diretoria da EEEM Arnulpho Mattos. Já em 2023, a atividade foi realizada no dia 05 de maio na EEEFM Francelina Carneiro Setúbal, localizada em Vila Velha, com enfoque também nas turmas de 3º ano da instituição. A atividade buscou, por meio de dinâmicas, estimular os estudantes da escola a compreenderem um pouco dos conceitos econômicos disseminados em diversas mídias. Além disso, também houve um momento, ao final da atividade, em que os integrantes do PET Economia explicaram para os alunos da escola as formas de ingresso na Universidade e tiraram dúvidas relacionadas à graduação de Ciências Econômicas.



A elaboração da atividade nas respectivas escolas possibilitou que os integrantes do PET Economia pudessem desenvolver habilidades associadas ao ensino, posto que era vital, como ferramenta para facilitar o entendimento dos estudantes, à articulação de conhecimentos oriundos da economia com a realidade vivida pelos jovens que estudam no Ensino Médio. Ademais, a realização da atividade nas escolas foi uma excelente oportunidade de estreitar laços do PET Economia UFES com a comunidade externa à Universidade.

Além das atividades nas escolas, o PET Economia desenvolve um evento de periodicidade anual (retomado em 2022, com o término das restrições de distanciamento social), com dois dias de duração nas dependências do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) da UFES (tabela 1.1). O evento é dividido em dois dias, nos quais os integrantes do PET Economia constroem apresentações que buscam introduzir e explicar tópicos inestimáveis para a compreensão da realidade econômica do país. O público-alvo da atividade abarca desde estudantes dos cursos de graduação da UFES até pessoas externas à Universidade. Além disso, um dos objetivos primordiais do evento é estimular os recém-ingressos no curso de Ciências Econômicas da UFES a se interessarem pelos diversos campos da economia, com o intuito de evitar a evasão de estudantes em seus períodos iniciais de graduação.

**Tabela 1.1. Inscritos no evento “Desmistificando a economia: do ‘economês” para o português (2022-2024)**

Ano	Datas	Inscritos em ambos os dias
2022	05/05/2022 e 06/05/2022	25
2023	04/09/2023 e 05/09/2023	24
2024	18/03/2024 e 19/03/2024	66

Elaboração própria.

O PET Economia UFES realiza diversas parcerias para a divulgação do evento, com a finalidade de ampliar o público-alvo da atividade. Nesse contexto, em 2024, a atividade contou com parcerias da Pró-Reitoria de Extensão (Proex) da UFES, que divulgaram as datas do evento em suas respectivas redes sociais.

A organização do evento decorre de um planejamento prévio dos membros do PET Economia, em que nas reuniões internas do grupo são planejadas a estrutura necessária para as apresentações no evento e o cronograma de divulgação da atividade. Os integrantes do PET Economia também são estimulados a realizarem pesquisas relacionadas aos indicadores econômicos e às características da economia brasileira, com o objetivo de gerar maior engajamento e fomentar a capacidade crítica do público em compreender questões associadas à economia

nacional. Após a realização do evento, são enviados para os inscritos certificados de horas complementares e divulgados nas redes sociais do PET Economia os registros da atividade.

Em 2024, o PET Economia iniciou um novo formato do projeto de extensão voltado para pessoas da terceira idade, visando atender a parceria estabelecida com a Universidade Aberta à Pessoa Idosa (UnAPI). A atividade consistiu na realização de minicurso presencial, ministrado entre março e junho de 2024, que discutia assuntos relacionados à economia brasileira de forma adaptada ao público-alvo. O projeto contou com 30 inscritos e os registros das aulas foram divulgados nas mídias sociais do PET Economia UFES e da UnAPI.

### 2.2.2 Resenha Econômica

A atividade “Resenha Econômica” consiste na elaboração de uma resenha, produzida por uma dupla de petianos, sobre determinado assunto em voga na contemporaneidade. As resenhas podem abordar conteúdos relacionados ao saber econômico, como comércio exterior, política monetária, política fiscal e mercado de trabalho, com o objetivo de transpor aos leitores, por meio de uma linguagem acessível, uma visão crítica sobre o tema. Além disso, as temáticas das resenhas também podem discutir sobre questões sociais inerentes à realidade brasileira, buscando relacionar a temática com tópicos estudados pelos petianos no curso de Ciências Econômicas da UFES.

A atividade visa desenvolver nos integrantes do programa a habilidade de escrita e articulação de ideias, visto que a excelência de uma resenha está atrelada à estruturação dos argumentos do texto e da coesão e coerência presentes na escrita. Da mesma forma, a escrita da resenha possibilita estimular nos petianos a buscarem por fontes confiáveis para embasar os argumentos propostos no texto, sendo estimulados a pesquisarem artigos publicados em periódicos de excelência e a utilização de pesquisas produzidas pelo Estado brasileiro (ou por outros institutos de alta confiabilidade). Além disso, a escrita da resenha necessita de uma cooperação harmônica da dupla de petianos, com objetivo de gerar uma melhor articulação de ideias no decorrer do texto.

As duplas das resenhas são definidas em reuniões internas do grupo, nas quais se busca sempre colocar um petiano com mais experiência para escrever com um recém-ingresso no programa. Além disso, para incentivar o recém-ingresso no PET Economia a se vincular ao cotidiano do grupo, o mesmo detém o poder de escolher o tema de sua primeira resenha.

A primeira versão da resenha passa pelo crivo de todos os integrantes do PET Economia e do professor tutor, que buscam, por meio de comentários assertivos, sugerir alterações na estrutura do texto e na argumentação proposta pelos autores. Ao longo de um ano, são produzidas, em média, 12 resenhas econômicas que são divulgadas no site do PET Economia UFES, impressas e distribuídas nas dependências do CCJE da UFES.

### 2.2.3 Ciclo de *Lives* e *Podcasts* do PET Economia da Ufes

O Ciclo de *Lives* e *Podcasts* do PET Economia da UFES é um projeto de extensão desenvolvido pelos integrantes do PET Economia que consiste na criação de *podcasts* e *lives* sobre temáticas relacionadas à sociedade hodierna.

Os episódios do *podcast* são produzidos por uma dupla de petianos, que elabora um roteiro prévio a ser enviado para o crivo dos demais integrantes do PET Economia UFES. Na escrita do *podcast*, os petianos buscam analisar diferentes materiais bibliográficos com o objetivo de repassar para os ouvintes, opiniões respaldadas em dados fidedignos. De igual modo, os demais membros do grupo buscam realizar comentários que possibilitem melhorar a articulação de ideias realizadas no texto e que visam melhorar a estruturação dos roteiros.

Os *podcasts* podem ser realizados por meio de uma narração dos petianos, no qual os membros realizam comentários críticos sobre determinado assunto em voga na atualidade e abordam as influências da temática na sociedade contemporânea. Além disso, o *podcast* pode adotar o formato de entrevista, em que a dupla de petianos convida um especialista em determinado assunto de interesse da sociedade. Desse modo, a dupla faz uma série de perguntas direcionadas ao entrevistado, explorando, assim, o tema central do *podcast*. É importante destacar que os petianos buscam produzir os *podcasts* por meio de uma linguagem acessível, com o objetivo de facilitar a compreensão dos tópicos tratados nos episódios para a população em geral.

Entre 2020 e 2022, foram desenvolvidos uma série de *podcasts* especiais denominados “Mulheres na Economia” (tabela 1.2). Esses episódios buscavam entrevistar diversas economistas, com o intuito de compreender os desafios em sua trajetória acadêmica e profissional. A entrevista era comandada pelas petianas do grupo, que selecionavam as entrevistadas e elaboravam as perguntas a serem realizadas durante o episódio, além de serem responsáveis pela edição do áudio do *podcast*. Ao todo, foram entrevistadas economistas em diversos campos profissionais, desde professoras do Departamento de Economia da UFES até profissionais que atuam no mercado financeiro.

**Tabela 1.2. Lista de episódios do Mulheres na Economia**

Episódio	Data de Publicação	Quantidade de reproduções <sup>75</sup>
Mulheres na Economia Nº 1 - Entrevista com Ana Carolina Giuberti	16/12/2020	92
Mulheres na Economia Nº 2 -	08/04/2021	69

<sup>75</sup> O registro de reproduções conta desde a publicação do episódio até o dia 03/05/2024.

Entrevista com Neide Vargas		
Mulheres na Economia N° 3 - Entrevista com Ana Paula Colombi	24/05/2021	69
Mulheres na Economia N° 4 - Entrevista com Renata Couto Moreira	24/06/2021	33
Mulheres na Economia N° 5 - Entrevista com petianas egressas	29/07/2021	44
Mulheres na Economia N° 6 - Entrevista com as diretoras do CJA	05/11/2021	39
Mulheres na Economia N° 7 - Entrevista com Danielle Nascimento	08/03/2022	36
Mulheres na Economia N° 8 - Entrevista com Andreza Conceição	25/07/2022	36
Mulheres na Economia N° 9 - Entrevista com Fernanda Dias	29/09/2022	23
Mulheres na Economia N° 10 - Entrevista com Eloah Fassarella	22/12/2022	50

---

Fonte: Anchor/Elaboração própria

Os *podcasts* produzidos pelo PET Economia UFES são disponibilizados no canal do *Spotify* e divulgados nas mídias sociais do grupo. Além disso, os episódios são transmitidos, às quartas-feiras, de 12:00 às 12:30 na Rádio Universitária FM 104.7 para todo o estado do Espírito Santo.

O processo de elaboração do *podcast* permite o desenvolvimento de diversas valências entre os petianos, como aperfeiçoar a qualidade na locução e desenvoltura na articulação de ideias durante as entrevistas. Da mesma forma, os integrantes do programa são exercitados a aprimorarem suas capacidades da edição do áudio, com o intuito de diminuir os ruídos que podem atrapalhar o pleno entendimento das falas ao longo do episódio.

Outrossim, o projeto inclui a realização de *lives* que são elaboradas sistematicamente, desde 2020, pelos próprios integrantes do programa e transmitidas no canal do Youtube e no Instagram do PET Economia UFES (tabela 1.3). As *lives* realizadas buscam fomentar debates importantes sobre questões sociais do Brasil. A última *live* realizada pelos membros do PET Economia aconteceu em dezembro de 2022, em que foi entrevistado o ex-professor do Departamento de

Economia e ex-presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado do Espírito Santo (FAPES) José Antônio Bof Buffon sobre os desafios da inovação no Espírito Santo.

**Tabela 1.3. Lives transmitidas no canal do PET Economia entre 2020 e 2022**

<i>Live</i>	Data	Quantidade de visualizações no Youtube <sup>76</sup>
Fascismo, Racismo e Resistências	01/07/2020	295
Lançamento da Revista do PET Economia UFES	05/08/2020	146
Educação em tempos de neoliberalismo	26/10/2020	223
Prosa com pesquisador - David Nemer	06/04/2021	112
Impactos da inflação e aumento na desigualdade	16/07/2021	174
Desenvolvimento e inovação no estado do Espírito Santo	01/12/2022	124

Fonte: Youtube/Elaboração própria

#### 2.2.4 Revista do PET Economia da UFES

A Revista do PET Economia da UFES é um projeto de extensão desenvolvido pelos integrantes do grupo que visa desenvolver, semestralmente, um periódico a ser disponibilizado no Portal de Periódicos da UFES. A elaboração da revista se iniciou em 2020, como uma nova ferramenta de divulgação dos artigos e resenhas produzidos pelos integrantes do programa.

Ao longo das edições, os integrantes do PET Economia buscaram elaborar novas seções no periódico, com o objetivo de discutir as múltiplas facetas da economia mundial contemporânea e da sociedade atual. Uma das seções da revista criada com esse objetivo foi o “Texto do convidado”, no qual é convidado um economista para escrever um texto que discuta os desdobramentos da economia capitalista e suas conexões com a realidade brasileira. Ao longo das oito edições publicadas até o presente momento, escreveram para a seção do periódico os professores do Departamento de Economia da UFES: Mauricio Sabadini, Paulo Nakatani, Ana Paula Colombi, Rodrigo Franklin, Gustavo Moura e Rogério Faleiros.

<sup>76</sup> O registro de visualizações conta desde a realização da *live* até o dia 03/05/2024.

A revista também conta com uma seção denominada “Relato do Petiano Egresso”, que consiste em um texto escrito por um petiano egresso relatando as suas experiências como bolsista do programa, e como as experiências enquanto integrante do PET Economia influenciaram em sua trajetória acadêmica e profissional. Ademais, por meio dos relatos, os membros atuais do programa compreendem as transformações que o PET Economia passou ao longo do tempo e como esse processo moldou as estruturas das atividades do grupo realizadas contemporaneamente. Ao longo das oito edições publicadas até o presente momento escreveram para a seção da revista os(as) petianos(as): Danielle Nascimento (integrante do programa entre 2007 e 2009), José Marcos Redighieri (integrante do programa entre 2015 e 2020), Daniel Pereira Sampaio (integrante do programa entre 2005 e 2007), Celso Bissoli Sessa (integrante do programa entre 2004 e 2006), Amiris de Paula Serdeira (integrante do programa entre 2010 e 2014), Ana Letícia Espolador Leitão (integrante do programa entre 2000 e 2003) e Elionai Lisboa de Aguiar Rodrigues (integrante do programa entre 2013 e 2015).

Em dezembro de 2022, foi lançada a edição especial que comemora o trigésimo aniversário do PET Economia UFES. Essa edição contou com seções especiais que buscavam retratar as atividades realizadas pelo grupo e homenagear o professor Reinaldo Carcanholo (*in memoriam*). Uma das seções desenvolvidas foi denominada “Revisitando Resenhas”, que continha 12 resenhas escritas ao longo da trajetória de 30 anos de existência do PET Economia UFES, selecionadas pelos petianos que compunham o grupo na época da elaboração da revista. O processo de seleção das resenhas iniciou-se em 2021, no qual os membros do programa ficaram responsáveis pelas leituras das resenhas produzidas entre 1999 e 2021. A seleção das resenhas ocorreu por meio de discussões nas reuniões internas do grupo, em que foram selecionadas as resenhas que mais chamaram atenção dos integrantes. Esse processo possibilitou que os membros do programa pudessem analisar as mudanças do pensamento econômico brasileiro e as transformações das políticas econômicas ao longo do século XXI. Assim, após a seleção das resenhas, foram procurados os petianos egressos autores de cada texto para que autorizassem a veiculação da resenha no periódico do PET Economia.

O planejamento de cada edição da resenha ocorre nas reuniões internas do grupo, em que são definidos as seções que irão compor a revista, o título da revista e os prazos dos textos para serem estipulados aos convidados. Além disso, os petianos se dividem em subcomissões com o objetivo de melhorar a organização para os trabalhos relacionados a revisão ortográfica e diagramação. Esse processo de organização, desde a elaboração do planejamento preliminar até a publicação do periódico no Portal de Periódicos da UFES, aprimora o trabalho em equipe dos petianos, posto que esse projeto de extensão necessita de diversas etapas a serem realizadas ao

longo do tempo e, também, os trabalhos do petiano estão intrinsecamente conectados com os trabalhos de seus pares.

Após a publicação, a revista é divulgada nas mídias sociais do PET Economia e conta com ajuda do Colegiado de Economia na divulgação para os discentes do curso de Ciências Econômicas. Ao longo das sete primeiras edições publicadas, todas as seções somam mais de 50000 *downloads* no Portal de Periódicos da UFES (tabela 1.4).

**Tabela 1.4. Lista de edições publicadas da Revista do PET Economia da UFES**

Edição	Data de Publicação	Quantidade de <i>downloads</i> somadas todas as seções <sup>77</sup>
1ª edição	27/07/2020	14067
2ª edição	30/12/2020	14310
3ª edição	08/09/2021	19038
4ª edição	07/03/2022	6632
5ª edição	03/12/2022	1011
6ª edição	26/06/2023	1593
7ª edição	11/12/2023	557

Fonte: Portal de Periódicos da Ufes/Elaboração própria.

### 2.2.5 Seminários

Ao longo do ano de exercício, todos os integrantes do PET Economia devem produzir um seminário, a ser apresentado nas dependências do CCJE, sobre alguma temática livre que esteja pesquisando. As apresentações de cada seminário são abertas ao público externo e elaboradas pelos próprios petianos, que são, inclusive, responsáveis pela divulgação da atividade nas mídias sociais e pela organização do local do evento.

Os seminários estimulam a capacidade de ensino dos petianos, que necessitam preparar apresentações didáticas, com o objetivo de estimular o senso crítico no público presente. Além disso, a preparação do seminário possibilita aprimorar a articulação de ideias do petiano e desenvolver sua desenvoltura nas falas. Ao final da apresentação, o público presente pode realizar perguntas ou observações críticas sobre o tema em questão.

<sup>77</sup> O registro de *downloads* conta desde a publicação da edição até o dia 03/05/2024.

Após a apresentação, o professor-tutor envia um documento para o petiano, com observações sobre o referencial teórico utilizado durante o seminário, bem como aspectos técnicos da exposição do conteúdo. Em reunião interna entre os integrantes do PET Economia, os demais petianos podem realizar observações críticas sobre as temáticas ministradas durante a apresentação do seminário.

Os seminários do PET Economia também buscam estimular interesse dos ingressantes do curso de Ciências Econômicas da UFES nos múltiplos campos da economia. Nesse sentido, antes da apresentação de cada seminário, os petianos passam na sala do 1º período com o objetivo de divulgar a atividade e explicar brevemente o tema seminário.

Os seminários realizados nas primeiras semanas de início do semestre letivo tendem a ter maior participação de estudantes do 1º período, posto que o período de avaliações ocorre no meio e final do semestre letivo. Desse modo, os três primeiros seminários do primeiro semestre de 2023/1 obtiveram uma excelente participação dos ingressantes do curso (tabela 1.5). O seminário “Desindustrialização no Brasil”, ministrado pelo petiano Matheus Ferreira Maia, obteve a participação de 25 estudantes do 1º período do curso, o que correspondeu a 50% do público presente. O seminário “O impacto na automação no desemprego”, ministrado por Elóra Cristóvão Travezani (à época integrante do programa), obteve a participação de 33 estudantes do 1º período do curso, o que correspondeu por volta de 55% do público presente. O seminário “Reforma Trabalhista no Brasil” ministrado por Bruna Cavati Rossi (à época integrante do programa), obteve a participação de 22 estudantes do 1º período do curso, o que correspondeu por volta de 37% do público presente.

Assim, o alto engajamento de estudantes que acabaram de ingressar no curso de Ciências Econômicas nos seminários pode diminuir a probabilidade de evasão do curso e estimular esses estudantes pesquisarem tópicos da economia contemporânea. Essa atividade também conta com a divulgação do Colegiado de Economia da UFES, por meio do envio do convite para participar do seminário no e-mail institucional nos matriculados em Ciências Econômicas.

**Tabela 1.5. Presença no seminários do PET Economia abril e maio de 2023**

Seminário	Data	Estudantes do 1º período	Público Total
Desindustrialização no Brasil	13/04/2023	25	50
O impacto na automação no desemprego	27/04/2023	33	49
Reforma Trabalhista no Brasil	11/05/2023	22	49



Elaboração própria

### 2.2.6 Mostra Interna de Artigos

Ao longo do ano, os petianos têm que preparar um artigo para ser apresentado em uma reunião interna. A atividade conta com três reuniões internas, denominada “Mostra Interna de Artigos” no qual os petianos buscam relatar o andamento das suas pesquisas e da escrita do artigo.

Na “I Mostra Interna de Artigos”, os petianos indicam qual será o tema de seu artigo e as justificativas da escolha, além de descreverem os possíveis desafios que podem enfrentar na escrita do artigo. Na “II Mostra Interna de Artigos”, os petianos devem entregar uma seção do seu artigo já finalizada e os tópicos que serão abordados ao longo do texto. Na “III Mostra Interna de Artigos”, os integrantes do grupo devem mostrar os seus artigos finalizados. Antes de cada uma dessas reuniões, os petianos devem enviar os seus materiais para os demais integrantes do grupo e durante cada uma das etapas, os petianos buscam tecer comentários críticos sobre cada material analisado.

Essa atividade possibilita que os petianos exercitem a sua capacidade de pesquisa, habilidade fundamental no desenvolvimento de um artigo de excelência, e adquiram experiência na escrita de artigos acadêmicos. Além disso, o professor tutor orienta os petianos em quais fontes bibliográficas devem ser verificadas e realiza observações críticas sobre o referencial teórico utilizado ao longo da preparação do artigo.

## 3. CONCLUSÃO

O presente artigo buscou relatar um pouco da estrutura do PET Economia UFES e o desenvolvimento das atividades do grupo entre 2020 e 2024. Desse modo, as atividades e projetos durante esse período buscaram promover o saber econômico para a comunidade externa. Foram promovidas diversas formas de estimular esse contato para além dos muros da universidade, desde projetos desenvolvidos em escolas até atividades que conseguiam atingir um grande público devido às redes sociais (como a elaboração de *lives* e *podcasts*).

Além disso, os projetos e as atividades desenvolvidas necessitam de uma ampla cooperação entre os integrantes do programa, o que possibilita um desenvolvimento da capacidade de trabalhar em grupo. Outro fator importante, é que as atividades realizadas pelo programa possibilitam o desenvolvimento plural dos membros do PET Economia, que além de aperfeiçoar habilidades em pesquisa e ensino, entram em contato com múltiplas realidades do Brasil.

#### 4. REFERÊNCIAS

SABADINI, Mauricio de Souza; BIANCHIN, Cláudia Emília Dorner; AZEVEDO, Nathália Costa; BOLELLI, Rayssa Deps. **A Educação Crítica e Cidadã no PET Economia/UFES / The Critical Education and Citizen in PET Economics/UFES**. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 14, n. 2, p. 303–313, 2015. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/21989/13896>. Acesso em: 28 abr. 2024.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL. **Relatório anual do PET Economia UFES de 2020**. Vitória, 2020.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL. **Relatório de planejamento do PET Economia UFES 2020**. Vitória, 2020.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL. **Relatório anual do PET Economia UFES 2021**. Vitória, 2021.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL. **Relatório de planejamento do PET Economia UFES 2021**. Vitória, 2021.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL. **Relatório anual do PET Economia UFES 2022**. Vitória, 2022.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL. **Relatório de planejamento do PET Economia UFES 2022**. Vitória, 2022.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL. **Relatório anual do PET Economia UFES 2023**. Vitória, 2023.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL. **Relatório de planejamento do PET Economia UFES 2023**. Vitória, 2023.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL. **Relatório de planejamento do PET Economia UFES 2024**. Vitória, 2024.

# Imigração italiana no Espírito Santo: a construção de um estado

*Diogo Schiavinatto*

*João Guilherme Aguiar Esteves*

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo mostrar a participação dos imigrantes italianos na construção e constituição do estado do Espírito Santo, desde a chegada do primeiro grande fluxo de imigrantes italianos em 1847 na região capixaba, até o processo de consolidação da demografia capixaba.

**Palavras-Chave:** Imigração italiana; Espírito Santo; Italianos no Espírito Santo.

## 1. INTRODUÇÃO

O movimento migratório ganhou força no Brasil durante a metade do século XIX, em que a promessa de vida melhor atraiu milhares de imigrantes, principalmente, para os estados da região sudeste e sul do país. No Espírito Santo, local de enfoque do presente trabalho, a imigração foi quantitativamente pequena, mas pelas condições estruturais da época foi extremamente relevante.

Segundo Wilson Cano (2002), no século XIX, o Espírito Santo possuía um vasto território posto como desocupado, mas na realidade era ocupado pela população nativa, sendo que 85% das terras livres estavam na mão do governo provincial, e que se apresentava como oportunidade para ser explorado de modo a aumentar a arrecadação pública. A ideia era transformar o território remoto em propriedades com foco na exportação cafeeira.

É importante ressaltar que a região não se dinamizou tão rapidamente quanto outras, pois, durante um tempo longo, a Coroa Portuguesa vetou a construção das estradas que fossem até Minas Gerais sob o argumento de que era necessário proteger o estado mineiro do ataque de piratas e contrabandistas. Posteriormente, isso foi revogado e estradas foram construídas. Além disso, nessa mesma época, a exportação do ouro era reiniciada e a do café tinha seu início, de acordo com Sérgio Peres de Paula (2008).

## 2. CONTEXTO DO BRASIL NA ÉPOCA DE FORTE IMIGRAÇÃO

O Brasil passava por um período de grande transformação política, social e econômica. Paralelamente ao fluxo migratório, o país passava por um período de substituição de seu principal

produto, saindo do ciclo econômico da cana-de-açúcar e indo para o ciclo econômico do café, responsável por alavancar o crescimento econômico do Espírito Santo e de outras unidades da federação (CANO, 2000).

Ademais, juridicamente, o país se preparava para incorporar em sua legislação diversas medidas que asfixiavam a escravidão, o tráfico negreiro e o comércio de escravos. Tais medidas incluíam a Lei Eusébio de Queiroz em 1850, a Lei do Ventre Livre em 1871, a Lei do Sexagenário em 1885 e a Lei Áurea em 1888. O país também sofria pressões internacionais, especialmente do Reino Unido, com a Lei Bill Aberdeen datada de 1835. Essa sequência de leis fomentou a imigração para trabalhar nas lavouras de café, especialmente nos estados do sudeste, onde se concentrava a produção do grão, conforme destacado por Emilio Petri de Souza (2014). Além disso, havia a percepção entre os fazendeiros de que o sistema escravista estava condenado ao fracasso e, para sucedê-lo, foi escolhido o sistema de parcerias.

De acordo com Sérgio Peres de Paula (2008), quatro fatores principais influenciaram o deslocamento de pessoas da Europa para o Espírito Santo. O primeiro deles é o desejo de se tornar proprietário de terras; o segundo, a motivação para trabalhar e alcançar objetivos, mesmo em um ambiente de trabalho precário; o terceiro, a necessidade da família de manter vínculos afetivos e familiares com suas origens; e o quarto, a forte religiosidade do Brasil, que atraiu diversos imigrantes devido a esse apoio ideológico. Nesse contexto, a família italiana chegava ao Brasil estruturada no patriarcalismo, com o pai como chefe da autoridade familiar e a mãe responsável pela organização da casa e pela educação dos filhos.

Entretanto, essas ambições são fomentadas por um projeto político que visa povoar o território inexplorado e favorecer a economia exportadora da época. Assim, a ocupação do território capixaba por imigrantes foi inicialmente incentivada e patrocinada pelo Império, com a criação de colônias nas atuais cidades de Castelo, Santa Leopoldina, Rio Novo do Sul e Domingos Martins (NAGAR, 1895).

### **3. CONTEXTO POLÍTICO, SOCIAL E ECONÔMICO DA ITÁLIA**

Para entender a imigração italiana, é fundamental entender o contexto econômico, político e social da Itália. Sem essa compreensão das motivações dos imigrantes, pode-se atribuir uma relevância exacerbada ao papel dos decretos no processo de povoamento do Espírito Santo, deixando a história pela metade. Segundo Souza (2014), a península itálica enfrentava uma situação amplamente desfavorável e complexa durante um longo processo de reunificação, e com uma industrialização tardia em relação a outros países europeus. Para os trabalhadores da agricultura, a situação era ainda mais grave, já que, com a abertura comercial, os produtos agrícolas locais sofriam uma ampla desvalorização de preços, prejudicando seu sustento. Naquela época, relata o

autor, a maioria dos camponeses não possuía propriedades rurais, o que implicava na necessidade de “arrendar outras propriedades para garantir o sustento de sua família” (SOUZA, 2014).

Devido a esses fatores, a miséria crescia rapidamente, levando a um elevado nível de subnutrição. Isso levou os trabalhadores rurais a abandonarem suas vidas e se submeterem ao trabalho assalariado nas grandes indústrias. O trabalho assalariado urbano estava em expansão, mas não tinha capacidade para absorver o grande contingente que vinha das zonas rurais (SOUZA, 2014).

Nesse cenário caótico, as autoridades italianas adotaram o incentivo à emigração como medida para resolução dos problemas sociais que afligiam o território italiano, pois os gastos públicos com essas pessoas estavam chegando em níveis insustentáveis e havia demanda por mão de obra no chamado “Novo Mundo”, área que corresponde ao continente americano em sua integralidade. (SOUZA, 2014)

O movimento de imigração começou a ser amplamente divulgado na imprensa, que exibia diversas publicidades com benefícios de mudar-se para o Brasil. Ressalta-se que esses alegados benefícios para os imigrantes acabaram não sendo concretizados, assemelhando-se a uma propaganda enganosa. (SOUZA, 2014)

#### **4. FORMAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO**

Uma vez que o foco do regime imperial passou a ser nas lavouras paulistas, na virada da década de 1870, a política de imigração foi alterada e os benefícios concedidos aos imigrantes foram revogados, o que prejudicou os interesses colonialistas. Em resposta, surgiu uma política de imigração autônoma em relação ao governo central, impulsionada pelo decreto de imigração do governador José Muniz Freire, que governou o estado no início dos anos 1890. Seu plano de reafirmação territorial concedia benefícios para as famílias de imigrantes que estivessem aptas ao trabalho. Dentre esses benefícios, destacavam-se alojamentos subsidiados, amparo financeiro e concessão de terras de 25 hectares para cada núcleo familiar (NAGAR, 1895).

O artigo 73 do decreto presidencial de 4 de junho de 1892, de Muniz Freire, é, sem dúvida, o mais persuasivo. Segundo ele, o imigrante que desembarcasse no estado estava garantido:

- I- Pagamento da passagem de acordo com as tarifas que estarão em vigor no Estado, e em falta destas, aquelas da União.
- II- Alojamento na capital do Estado até a partida para o local de destinação.
- III- Transporte gratuito, alojamento e alimentação durante o trajeto até o local escolhido para residência;
- IV- Tratamento médico gratuito pelo período de dois anos;

V- Um lote colonial de 25 hectares de terreno fértil, em qualquer núcleo do Estado, a sua escolha;VI- Antecipação de cinquenta mil réis para cada família, para a compra de ferramentas ou de utensílios; além de outros duzentos mil réis em prestações de cinquenta mil réis para cada quinquena, para sua manutenção enquanto se ocuparem na construção de sua casa provisória; ou se o preferirem as famílias receberão do Estado a casa provisória e um pedaço de terra, desmaiada de cinquenta metros quadrados; (NAGAR, 1895, p.21)

De maneira complementar, o artigo supracitado era imediatamente seguido por outro que restringia esses benefícios apenas aos imigrantes saudáveis, sem antecedentes criminais e que desejassem se estabelecer no estado por um período de, no mínimo, três anos. Tal medida compreendia que, após um tempo prolongado de fixação, as chances desses imigrantes deixarem o estado eram consideravelmente reduzidas, evidenciando os interesses das autoridades locais em efetivamente povoar as terras capixabas (NAGAR, 1895).

A garantia de lote de terra, em teoria, existia mas era conduzida de forma a fazer as famílias de imigrantes desistirem de reivindicar sua posse. Isso ocorria devido às condições precárias dos alojamentos em que as famílias se concentravam e ao processo moroso, em virtude do sistema judiciário pouco eficiente (NAGAR, 1895).

Influenciado pelo relatório extremamente negativo sobre as condições dos imigrantes em solo capixaba de Carlo Nagar, côsul real em Vitória, esse movimento migratório teve uma interrupção no fluxo em 1895 por uma ordem de proibição decretada pelo governo italiano, que apontava condições precárias para receber tais pessoas. Entre os problemas citados estavam as condições dos alojamentos dos núcleos coloniais, problemas alimentares, deficiências na assistência em saúde, entre outros, conforme Luis Alberto de Boni (1990).

Ainda segundo Boni (1990), há o registro de quase 35 mil imigrantes italianos, sendo a maioria homens (60%) oriundos da região norte. Toda essa movimentação fez com que o estado do Espírito Santo apresentasse a maior concentração de imigrantes italianos no Brasil, representando entre 60% e 70% da população. Segundo esse autor, estima-se a entrada de aproximadamente 1,5 milhão de imigrantes no período de 1836 a 1947 no Brasil.

Ressalva-se que o número é questionável e incerto, variando entre 35 mil e 50 mil imigrantes para o estado do Espírito Santo, pois algumas visões, como a de Serafim Derenzi, mencionam 49 mil pessoas, enquanto a da historiadora Gilda Rocha fica em torno de 37 mil pessoas (BONI, 1990).

A imigração italiana no Espírito Santo, segundo Celin (2019), foi composta por três grandes fluxos. O primeiro deles teve o ingresso de 13.828 imigrantes no período de 1847 a 1881. O segundo,

com a entrada de apenas 1.375 pessoas, ocorreu no quinquênio 1882-1887. O último fluxo, de 1888 a 1896, registrou o ingresso de 21.500 pessoas, representando mais da metade do total de 38.700. Essa concentração de pessoas na última onda migratória se deu pela criação de novos núcleos coloniais ao longo de todo o estado, exemplificados pelos núcleos em Afonso Cláudio, Muniz Freire e Nova Venécia.

É importante destacar que esses núcleos tiveram suas instalações feitas com base na infraestrutura de transportes disponíveis à época, principalmente os modais ferroviário e fluvial. Estes locais caracterizavam um lugar de conexão entre o transporte feito por via terrestre para a via férrea ou marítima (BUFFON, 1992).

No ciclo colonial, a região capixaba teve seu povoamento concentrado na parte litorânea, mas isso não impediu o interior de ter um povoado que atingiu em seu ápice 3 mil pessoas, denominado Montes Castello, localizado no atual município de Fazenda do Centro, sul do Estado (PAULA, 2008).

Os latifúndios capixabas tinham como característica uma extensão territorial de 2800 hectares, algo bem maior do que a média na região sudeste. Mesmo assim, as terras devolutas predominavam e só tiveram suas negociações autorizadas em 1860 com uma mudança legislativa. Em 1920, no Espírito Santo, havia mais de 3 mil propriedades em nome de italianos, com um tamanho médio de 53 hectares, sendo o valor médio do hectare de 169 réis (PAULA, 2008).

Os que chegavam após uma longa viagem de navio tinham que se adaptar ao clima e à cultura da região. Por isso, a principal atividade econômica era a exploração das commodities agrícolas predominantes no estado, que incluíam café, frutas, feijão, entre outros (CELIN, 2019).

Ao final do processo, o imigrante em geral no Espírito Santo tornou-se um pequeno proprietário de terras, especialmente produtor de café, diferentemente do que havia ocorrido no estado de São Paulo, onde predominava o trabalho assalariado, regime no qual o imigrante era subordinado ao fazendeiro (MACEDO; MAGALHÃES, 2011).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como verificado, o processo de consolidação da demografia espírito-santense, tal como conhecemos hoje, ocorreu sob condições macroeconômicas que favoreciam a exportação agrícola e a vinda maciça de imigrantes. A união desses fatores culminou em um forte movimento migratório que se estabeleceu em meio à falta de infraestrutura da região. Assim, a até então estagnada e isolada economia desse estado passou a ter uma nova dinâmica introduzida pelo cultivo do café, e o interior do estado deixou de servir como barreira natural de proteção contra invasões para ser povoado por pequenos agricultores. Esse processo estabeleceu as bases para o subsequente desenvolvimento do Espírito Santo (MACEDO E MAGALHÃES, 2011).

## REFERÊNCIAS

NAGAR, Carlo. **O Estado do Espírito Santo e a imigração italiana**. Vitória: APEES, 1995.

ESPÍRITO SANTO. Decreto presidencial n.4 de 4 de junho de 1892. **Diário Oficial do Estado do Espírito Santo**.

PAULA, Sérgio Peres de. **FAZENDA DO CENTRO: Imigração e colonização italiana no sul do Espírito Santo**. Monografia (Graduação em Geografia) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, p. 391. 2008. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6021224.pdf> . Acesso em: 11 jan. 2023.

CELIN, José Lazaro. **IMIGRAÇÃO ITALIANA NO ESPÍRITO SANTO: Aspectos históricos e sinais contemporâneos**. **Revista Geonordeste**, v. 3, n. 1, p. 56-75, 2020. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/view/11436> . Acesso em: 15 jan. 2023.

MACEDO, Fernando Cezar; MAGALHÃES, Diogo Franco. Formação econômica do Espírito Santo: do isolamento econômico à inserção aos mercados nacional e internacional. **Revista de História Regional**, v. 16, n. 1, 2011. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2421/2214> . Acesso em: 15 jan. 2023 .

CANO, Wilson. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 2002.

SOUZA, Emilio Petri de. **IMIGRAÇÃO ITALIANA EM ANCHIETA-ES: Caracterização e contribuições para o desenvolvimento local**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, p. 360. 2014. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/2047> . Acesso em: 07 jan. 2023.

BONI, Luís Alberto de. **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.

STOLCKE, Verena; HALL, Michael. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo. **Revista Brasileira de História**, [s. l.], p. 80-120, 1983.

BUFFON, José Antonio. **O CAFÉ E A URBANIZAÇÃO NO ESPÍRITO SANTO: ASPECTOS ECONÔMICOS E DEMOGRÁFICOS DE UMA AGRICULTURA FAMILIAR**. Dissertação (Mestrado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, p. 373. 1992.



# A incompletude da cidadania negra: um recorte analítico-estrutural do racismo como limitador social

*Kayky Barcelos de Oliveira*<sup>78</sup>

## RESUMO

O artigo visa auxiliar na compreensão do argumento de que a escravidão, que durou mais de trezentos anos, deixou raízes profundas na formação do pensamento sociopolítico nacional, sendo possível de enxerga-la nos dias atuais. Tal lógica é intensificada após a dissolução das relações pré-capitalistas de produção e garantida, por meio do aparato estatal. Revelando-se, assim, uma ferramenta de manutenção das opressões que decorrem desde o Brasil colonial. É possível compreender, então, a atual conjuntura do país a partir de uma construção estrutural que é indissociável do processo escravista nacional e do racismo estrutural.

**Palavras-Chave:** Cidadania negra; Racismo estrutural; Opressão racial no Brasil; Desigualdade racial.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo a exposição dos percalços acerca da inserção da população negra após o fim da escravatura e sua reverberação nos dias atuais. A construção teórica debruça-se sobre o processo de abolição da escravidão, à luz de Joaquim Nabuco, e a ausência do órgão regulador para a garantia dos direitos democráticos plenos dessa parcela da população brasileira no período imediatamente seguinte à Lei Áurea. A posteriori, o artigo busca evidenciar como a mão de obra negra foi sendo estruturalmente substituída pela mão de obra imigrante, com o enfoque de Florestan Fernandes, além de compreender como as próprias instituições políticas acabaram por limitar a conquista dos direitos da classe trabalhadora negra no Brasil, a partir do Estado Corporativo, proposto pelo autor Oliveira Vianna. Por fim, visa-se demonstrar como a mudança da lógica de funcionamento do Estado após a ascensão neoliberal, retira do homem o

---

<sup>78</sup> Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo e bolsista pelo Programa de Educação Tutorial do curso de Ciências Econômicas da UFES (PET Economia UFES). Além disso, é membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Conjuntura do Departamento de Economia - Subgrupo Nível de Atividade, Política Fiscal e Setor Externo.

papel central na sociedade, subjugando-o e limitando-o em função do dinheiro e da economia, sob a perspectiva de Milton Santos. Para contribuir em toda a construção do pensamento, utiliza-se a concepção de racismo estrutural, a partir da ótica de Silvio Almeida.

## 2. O ESTADO E A HIERARQUIA DAS RAÇAS

Os males do racismo estrutural são indissociáveis da formação social, política e econômica. O Estado nacional é, desde seu bojo, fundamentado na hierarquização das raças, pois, sua existência, é posterior e contínua ao processo de opressão racial. Dessa forma, é evidente que as instituições políticas e sociais nacionais estão banhadas por um racismo que não é conjuntural, mas estrutural. O Brasil de hoje, limitador da ascensão social é, nada mais, do que um reflexo de seu passado, construído com base na discriminação racial. O questionamento sobre a desigualdade racial deve ser levado como a continuidade de um processo cumulativo e histórico, no que tange aos primórdios do Estado-nação e o seu desenvolvimento como instituição política.

O Estado brasileiro aparece, portanto, como consolidador da opressão racial ao não somente ser conveniente à lógica exploratória do sistema colonial, mas, posteriormente, isento à integração do negro e à implementação de sua cidadania plena. Assim, com o fito de evidenciar o estigma estrutural, o Instituto de Pesquisa e Consultoria Estratégica (IPEC) realizou uma pesquisa, em conjunto do Instituto de Referência Negra Peregum e do Projeto Seta, em abril de 2023, sobre as percepções do racismo no cotidiano. Segundo o estudo, 81% dos entrevistados compreendem o Brasil como um país racista. Além disso, cerca de 84% entendem que as ações policiais possuem conotações diferentes na abordagem de pessoas brancas e negras, o dado mais alarmente, no entanto, é que 38% das pessoas que afirmam ter sofrido algum tipo de discriminação racial relatam que foram alvos de ataques dentro de instituições formais de ensino. Entre jovens de 16 a 24 anos, o índice é ainda maior, compreendendo 64% dos entrevistados. O elemento contraditório da pesquisa é que, segundo os levantamentos, apenas 11% das pessoas afirmam ter tido alguma atitude ou prática racista. Segundo Souza (2022), quando o racismo está permeado na sociedade, com suas raízes sendo o reflexo de um processo histórico, os indivíduos e as instituições são forjados pelo racismo e tendem a reproduzi-lo. Compreende-se, como dito anteriormente, que o racismo no Brasil não é um fato individual ou conjuntural. É estrutural, o que afeta a percepção dos indivíduos atomizados sobre suas ações coletivas. De acordo com Almeida (2018), é possível compreender que o Brasil não se constituiu apesar do racismo, mas graças ao racismo. O processo de colonização do país, que serviu para a acumulação primitiva necessária para o advento do capitalismo europeu, baseou-se na exploração da força de trabalho negra. Como ressalta Alves (2022): “Em linhas gerais, o trabalho escravista é um componente fundamental do trabalho no Brasil”.

De acordo com o primeiro Censo populacional do país, em 1872, aproximadamente um ano após a institucionalização da Lei Rio Branco, havia no território nacional cerca de 10 milhões de pessoas, sendo 15% escravizados, o que correspondia quase à totalidade da população negra no país à época. Foi sobre a exploração do trabalho escravizado que constituíram-se as primeiras formas de mercado e demais instituições, permeadas com uma ideologia de raças. À luz da necessidade da dissolução das relações pré-capitalistas de produção, o partido abolicionista lutou pelo fim da exploração das raças. O processo de abolição, contudo, não se deu de forma coerente. A expressão popular “para inglês ver”, por exemplo, surge como uma forma de burlar a ordem de proibição do tráfico advinda da Inglaterra, a partir do não cumprimento da Lei Feijó, de 1831. A verdade é que os interesses econômicos pré-capitalistas tinham como fins lucrativos, as formas de dominação vigente naquele contexto. Como ressalta Joaquim Nabuco (1882), o caráter social, moral e institucional brasileiro encontrava-se deturpado por trezentos anos de escravidão que manchavam a história nacional. Afirma, também, que “O sistema representativo é, assim, um enxerto de formas parlamentares num governo patriarcal, e senadores e deputados só tomam a sério o papel que lhes cabe nessa paródia da democracia pelas vantagens que auferem” (NABUCO, 1882, n.p). Todo o regimento interno nacional encontrava-se sob a manta da escravidão e do tráfico ilegal, que cobria a totalidade dos setores da nação.

Em outubro de 2023, o Ministério Público Federal, reuniu representantes do Banco do Brasil para averiguar a contribuição da instituição federal para o tráfico de pessoas. Segundo a pesquisa, existiam ligações entre os principais acionistas e funcionários do banco e a escravização irregular de pessoas. Um exemplo disso, é o vice-presidente da instituição à época, João Pereira Darrigue Faro, membro de uma das famílias com o maior número de pessoas escravizadas do Vale do Paraíba fluminense. É possível, então, notar que os senhores de escravos possuíam não somente poderio econômico, mas político, estando presentes nas instituições nacionais e carregando a lógica de dominação de raças.

Para Nabuco, a tarefa do abolicionismo deveria ser

Essa obra - de reparação, vergonha ou arrependimento, como a queiram chamar - da emancipação dos atuais escravos e seus filhos [...] Além dessa, há outra maior, a do futuro: a de apagar todos os efeitos de um regime que, há três séculos, é uma escola de desmoralização e inércia [...] (NABUCO, 1882, n.p)

O autor, porém, ressalta:

Quando mesmo a emancipação total fosse decretada amanhã, a liquidação desse regime só daria lugar a uma série infinita de questões, que só poderiam ser resolvidas de acordo com os interesses vitais do país pelo mesmo espírito de justiça e humanidade que dá vida ao abolicionismo. (NABUCO, 1882, n.p)

Segundo o pensador, então, o abolicionismo deveria, primeiramente, acabar com a relação servil e, posteriormente, tratar da integração e ampliação dos direitos da população negra recém liberta. Caso tais missões não fossem completas, a missão do abolicionismo nunca teria se findado.

### 3. O DIA SEGUINTE APÓS A ABOLIÇÃO

No dia 13 de maio de 1888, a Lei Áurea não libertou os escravizados, mas apenas alterou a forma de opressão, saindo de uma opressão de castas para uma opressão de classes sociais. A dissolução das relações pré-capitalistas de produção reafirmou, à classe aristocrática, o completo domínio sobre os meios de produção nacionais. A Lei de Terras, assinada 38 anos antes do processo de abolição, possibilitou que a oligarquia nacional mantivesse sob seu controle a posse quase feudal da terra. Conforme afirma Prado (2011), a abolição não se fez com medidas para inserir a população negra no bojo das relações sociais, como a reforma agrária e a oferta à educação. Fernandes (2008, p. 315), em crítica a Nabuco, responde afirmando que seu projeto abolicionista possuía caráter paternalista e, essencialmente, não alterava a estrutura de castas vigente, tendo em mente que não tinha como objetivo uma insurreição negra no país, ao contrário. Segundo o autor, a ideia de abolicionismo de Nabuco visava preservar todas as regalias da classe branca, ao estabelecer os parâmetros jurídicos nos quais se daria a abolição da escravatura. Assim, de acordo com Alves (2022), é possível compreender que o processo de abolição não emancipou a população negra. O que fez, na verdade, foi marginalizá-la à vista do, em formação, mercado de trabalho assalariado nacional. Alves complementa dizendo que

Nesses primeiros momentos, pode-se observar que um dos produtos da relação que foi estabelecida entre o racismo e o mercado de trabalho assalariado brasileiro foi a divisão racial do trabalho, que de forma engenhosa excluiu a população negra da formação da classe trabalhadora. (ALVES, 2022)

No mercado concorrencial que se instalava no país, a força de trabalho negra seria preterida à mão de obra imigrante. Os postos de trabalho assumidos pelos negros no imediato pós abolição, foram aqueles em que não se encontrava a mão imigrante, sendo, normalmente, postos de trabalho de elevado esforço físico e moralmente degradantes. Percebe-se, assim, que mesmo dentro da classe trabalhadora, a opressão de raças afligia o negro, estando em conflito não somente com o oligarca, mas com o proletário branco. Alves (2022) ressalta que a divisão racial do trabalho mostra-se contrária à emancipação política dos recém libertos, reduzindo suas possibilidades de acesso à riqueza socialmente produzida e ao direito pleno de suas garantias como cidadãos. Souza (2022) reforça o argumento, ao dizer que “A população negra, ‘liberta’, defrontou-se com um mercado de trabalho ‘livre’ com muito pouco espaço para a sua inserção como trabalhador e, portanto, para as possibilidades da constituição sequer da cidadania burguesa”.

Sendo marcada por uma heterogeneidade dentro da própria classe trabalhadora, a luta de classes, no país, assume um caráter diferente para a população negra. Segundo Fagundes (2021), a implementação da mão de obra imigrante no mercado de trabalho assalariado subjugou os proletários negros à condição de subemprego ou desemprego. Entretanto, o ideal que permeou a sociedade brasileira durante o projeto modernizador, era a existência de uma “democracia racial”<sup>79</sup>. É notável, então, que

Em nome de uma igualdade perfeita no futuro, acorrentava-se o ‘homem de cor’ aos grilhões invisíveis de seu passado, a uma condição subumana de existência e a uma disfarçada servidão eterna.(FERNANDES, 2008, p. 309).

O negro, mesmo após a abolição, encontrava-se em uma posição desvantajosa, sendo negado o seu acesso à terra e seu acesso ao mercado de trabalho. Além disso, ao não se preocupar com a educação formal dos recém libertos, o Estado nacional jogou às ruas um enorme contingente de analfabetos, que teriam seus direitos políticos negados. Vale ressaltar que, o negro, mesmo livre, não era cidadão, no sentido de que não poderia exercer aquilo que era seu por direito. Portanto, não fazia parte da sociedade.

O projeto modernizador da sociedade brasileira, sob tutela de Oliveira Vianna, e o Estado Novo concederam à classe trabalhadora seus primeiros direitos políticos. No entanto, mais uma vez o paternalismo entra em cena, concedendo os direitos de cima para baixo. Segundo Prado (2011), a nova estrutura política do país ancorava-se em uma organização social marcada por padrões tradicionais. Como reforça a autora, “A cidadania era, então, um atributo concedido pelo Estado e a posse dos direitos estava sujeita a determinados requisitos, ou seja: não era universal” (PRADO, 2011, p. 136). Ao conceder os direitos à organização política aos trabalhadores, o Estado Novo limitou-os ao exercício restrito de suas reivindicações, sendo marcada por uma presença contínua de vigilância estatal. Outrossim, como afirmam Arruda & Mendonça (2006), “A proposta do Estado Novo era uma nova política, mas essa inovação não representava mudanças profundas na sociedade, em específico, no autoritarismo que marcaria, na história do Brasil, as relações entre governantes e governados [...]”. A tese de Arruda & Mendonça (2006) é de que, na essência, o Estado Corporativo de Oliveira Vianna era uma espécie de “contra-revolução”, instaurando um constante reformismo para evitar uma mudança estrutural na sociedade brasileira. Fernandes (2008) evidencia o mesmo processo, ao afirmar que, enquanto a ordem político-jurídica passava por uma revolução, o conjunto das relações sociais parecia intacto, no que diz respeito ao anterior sistema de castas. Então, para Arruda & Mendonça (2006), “o aspecto autoritário desse corporativismo residia na

---

<sup>79</sup> Segundo Almeida, a democracia racial consiste em “afirmar a miscigenação como uma das características básicas da identidade nacional.” (ALMEIDA, 2018, p. 140).

capacidade do Estado em penetrar na vida sindical. Os sindicatos, para atuarem, precisavam ser reconhecidos, o que pressupunha obedecer a uma série de regras formais, burocráticas e políticas”. Dessa forma, a verdadeira luta política era inibida, condenando a classe trabalhadora ao que lhe seria imposto de cima para baixo. O erro do Estado nacional foi, a partir da lógica da “democracia racial”, não ser capaz de perceber a heterogeneidade da classe trabalhadora, reforçando o padrão de dominação, mas que reverbera de forma diferente no parcela negra desse corpo social.

O processo abolicionista pôde libertar o negro do sistema exploratório colonial, mas entregou-o à exploração sob o molde das recentes relações capitalistas instauradas na sociedade. Além disso, enquanto o discurso da “democracia racial” perdurou, o Estado agiu como legitimador da opressão das raças, ao ser isento ao processo de integração do negro na sociedade, com a pauta de igualdade entre as raças. As instituições brasileiras mostraram-se coniventes com o cerceamento dos direitos da população recém liberta, inibindo-a do usufruto da totalidade daquilo que lhe era pertencente como cidadãos nacionais. O negro, no Brasil, nunca foi cidadão e, além disso, há o agravamento dessa condição de não-cidadão no pós-modernidade, causado pela mudança da lógica de funcionamento do Estado.

#### 4. A DEMOCRACIA DE MERCADO

A integração débil do negro na sociedade de classes não poderia ter outra consequência a não ser a incompletude de sua cidadania. Tal processo é, como dito, acentuado na pós-modernidade e na reintegração dos mercados internacionais, sob a lógica de um novo *status quo*. Segundo Santos (2023), no mundo globalizado há uma subversão do papel do Estado, estando agora direcionado para a satisfação do “mercado”. Segundo o autor, “vivemos num mundo de exclusões, agravadas pela desproteção social, apanágio do modelo neoliberal, que é, também, criador de insegurança” (SANTOS, 2023, p. 71). A violência estrutural é, então, a mãe de todas as outras violências, pois é da própria estrutura do modo de produção que se retroalimentam todos os tipos de desigualdade. Santos (2023) denota que o Estado, no tocante à seguridade social, se exime. No entanto, “torna-se mais forte, mais ágil, mais presente, ao serviço da economia dominante” (SANTOS, 2023, p. 77). Nesse sentido, a vida social é permeada por uma lógica concorrencial, colocando os indivíduos à mercê das formas regulatórias de um mercado que lucra com os serviços públicos privatizados pelo Estado-mercado.

Desse modo, Santos (2023) entende que no Brasil, não há uma plena democracia, havendo, portanto, apenas uma “democracia de mercado”, que transforma os cidadãos em consumidores. Neste tipo de democracia, o homem deixa de ser central, cedendo espaço ao dinheiro. Assim, o homem transforma-se em residual. O dinheiro, então, aparece como central na regulação da vida

dos indivíduos. Santos (2023) afirma que há, também, uma mudança na pobreza<sup>80</sup>, visto que agora a pobreza é estrutural e necessária, sendo inerente ao processo de regulação dos mercados. De acordo com Almeida (2018), o racismo acaba por normatizar a inserção dos negros e indígenas no mercado de trabalho com menores salários, fazendo com que “a pobreza seja ideologicamente incorporada quase que como uma condição ‘biológica’” (ALMEIDA, 2018, p. 135) desses grupos. O processo veio a agravar-se em decorrência do período ditatorial, que suprimiu as lutas políticas e ampliou o crescimento desigual da sociedade brasileira, acentuando os níveis de renda de um lado, enquanto reduzia do outro. Santos (2023) afirma, assim, que no Brasil, não há cidadãos. Existe, no país, uma classe que obtém privilégios, enquanto outra - os pobres - não podem ser cidadãos. Portanto, a alteração da lógica de funcionamento das instituições sociais acaba por reverberar nas parcelas mais debilitadas socialmente na sociedade brasileira, principalmente o negro. Almeida (2018, p. 144) expõe, então, que escravidão e racismo são, na verdade, constitutivos das relações sociais de produção na modernidade. Almeida, então, conclui:

Isso significa dizer que a desigualdade racial é um elemento constitutivo das relações mercantis e das relações de classe, de tal sorte que a modernização da economia e até seu desenvolvimento também podem representar momentos de adaptação dos parâmetros raciais a novas etapas de acumulação capitalista. Em suma: para se *renovar*, o capitalismo precisa, muitas vezes, *renovar* o racismo, como, por exemplo, substituir o racismo oficial e a segregação legalizada pela indiferença em face da igualdade racial sob o manto da democracia. (ALMEIDA, 2018, p. 144)

A mudança da lógica de funcionamento do Estado no período da hegemonia neoliberal, então, condiciona a presença do Estado apenas à serviço do mercado, negligenciando aqueles que auxiliaram a construí-lo. Como Nabuco advertia, “[...] a raça negra fundou, para outros, uma pátria que ela pode, com muito mais direito, chamar sua. Suprima-se mentalmente essa raça e o seu trabalho, e o Brasil não será, na sua maior parte, senão um território deserto [...]” (NABUCO, 1882, n.p). Entretanto, a conjuntura nacional nos últimos 50 anos nos possibilita perceber como a dominação e a opressão sobre a raça negra são constituintes da própria lógica de funcionamento das relações capitalistas no Brasil. Os entraves para a cidadania plena da população brasileira são, na verdade, frutos de uma construção que impera a própria lógica de funcionamento da estrutura, que origina e reverbera todos os outros tipos de violência. A Constituição Cidadã de 1988 não poderia, em sua totalidade, suprimir as diferenças de gênero e raça, pois, em essência, elas são necessárias para a exploração sistêmica.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

<sup>80</sup> Para Santos (2023), a pobreza é caracterizada como “uma situação estrutural, com uma posição relativa inferior dentro da sociedade como um todo”.

É perceptível, portanto, que as instituições nacionais estão permeadas pelo racismo estrutural que condiciona o desenvolvimento e a ascensão da população negra nacional desde a abolição da escravatura. Assim como os demais direitos políticos, não se possibilitou uma integração completa ao mercado de trabalho e à educação formal para os recém libertos, o que diretamente atingiu a efetividade de sua cidadania. Seus direitos de reivindicação foram cerceados pelo Estado Novo, limitando suas conquistas por uma imposição “de cima para baixo”. A grave situação dos não-cidadãos brasileiros agrava-se com a hegemonia neoliberal, que retira do Estado a regulação da vida social e atribuiu ao mercado concorrencial a lógica de reprodução da vida na atual conjuntura.

Por fim, é interessante ressaltar que as percepções do racismo na sociedade brasileira são deturpadas, visto que os indivíduos e as próprias instituições o reproduzem como forma de racismo estrutural. Ou seja, as ações individuais acabam por perpetuar o racismo de forma velada, que, na aparência, pode promover o mito da democracia racial, mas, na essência, torna-se clara a dominação e opressão das raças desde que aqui se formou o “povo livre”. Percebe-se, então, que, como bem adiantou Milton Santos, no Brasil não há cidadãos.



## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. **O Que É Racismo Estrutural?**. Letramento, f. 56, 2018. 112 p.
- ALVES, Leonardo Dias. A divisão racial do trabalho como um ordenamento do racismo estrutural. **Katálysis**, v. 25, n. 2, p. 212-221, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/84641/48770>. Acesso em: 28 abr. 2024
- ARRUDA, Hélio Mário de; MENDONÇA, Carlos Vinícius Costa de. Oliveira Vianna: ideologia social autoritária. **Revista Ágora**, n.3, p. 1-21, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/1893/1405>. Acesso em: 28 abr. 2024.
- FAGUNDES, Gustavo. Relações raciais no Brasil e a superexploração da força de trabalho: apontamentos e um breve diálogo. **Cadernos Cemarx**, v. 14, n. 00, 2021. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/15146/10688>. Acesso em: 28 abr. 2024.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 5 ed. Editora Globo, v. 3, f. 314, 2008. 628 p
- PESQUISA do Instituto Peregum com o Projeto SETA apresenta dados sobre percepção do brasileiro sobre racismo**. Instituto de Referência Negra Peregum, 2023. Disponível em: <https://peregum.org.br/2023/07/27/pesquisa-do-instituto-peregum-com-o-projeto-seta-apresenta-dados-sobre-percepcao-do-brasileiro-em-relacao-ao-racismo/>. Acesso em: 28 abr. 2024.
- NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**, v. 1, f. 141. 1882. 282 p.
- PRADO, Maria. A longa viagem da incompletude cidadã no Brasil. Do modelo de cidadania corporativa inspirado em Oliveira Vianna a crise da cidadania universal. **História Actual Online**, n. 24. p. 133-138, 2011. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3670913>. Acesso em: 28 abr. 2024.
- WESTIN, Ricardo. **1º Censo do Brasil, feito há 150 anos, contou 1,5 milhão de escravizados**. Agência Senado, 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/1o-censo-do-brasil-feito-ha-150-anos-contou-1-5-milhao-de-escravizados>. Acesso em: 28 abr. 2024.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. 35 ed. Record, v. 3, f. 102, 2023. 203 p.
- SOUZA, Cristiane. A indissociabilidade entre racismo e superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente. **Serviço Social e Sociedade**, v. 146, p. 16-35, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/4XC6y7XCQj3L8RVFrSvGFGD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 abr. 2024.

# Relato Especial

*Matheus Ferreira Maia*



Bolsista do PET Economia UFES e graduando do curso de Ciências Econômicas da Ufes. Foi Integrante do grupo de Estudos e Pesquisas em Conjuntura entre 2020 e 2024.

Este é o meu último semestre como petiano, foi uma jornada formidável ser integrante de um grupo tão importante para o curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e para a difusão do saber econômico como é o PET Economia UFES. Durante uma das reuniões internas do grupo, surgiu a ideia de uma seção na revista com um pequeno relato da minha trajetória no programa. Achei bem bacana a sugestão, e irei relatar algumas das minhas

experiências como petiano.

Eu entrei no PET em dezembro de 2020, na última reunião do grupo naquele ano. Então, basicamente, comecei a me envolver com as atividades do programa somente em 2021. Quando você entra em qualquer grupo (ou em qualquer outra instância), é normal se sentir um pouco perdido. No entanto, o contexto de pandemia agravou essa situação, posto que a dinâmica do grupo acontecia em um formato virtual, o que dificultava o contato pessoal. Apesar disso, durante meus primeiros meses, me espelhei em petianos(as) veteranos(as) na época, como Plínio, Amanda, Isadora e Lorena. Era perceptível a dedicação deles com as atividades do grupo e, assim como eles, busquei fazer o mesmo durante esses anos dentro do PET.

No meu primeiro ano como petiano, acredito que foi muito importante participar, do ponto de vista de desenvolvimento pessoal, de uma comissão do PET chamada “InterPET”. O InterPET é um grupo composto por integrantes selecionados dos 13 grupos PET da UFES e responsável por lidar com questões organizacionais de todo o PET UFES. Estar nessa comissão foi o pontapé inicial para aprender a me expressar melhor e também para tomar a iniciativa em diversas situações.

Lembro que, nessa época, estive na organização de algumas assembleias e coordenei algumas atividades daquele grupo.

Em 2022, houve o retorno presencial das aulas e começou uma nova dinâmica do grupo. Foi muito interessante conhecer pessoalmente os(as) petianos(as) que, até então, eu enxergava apenas por uma tela de computador. Esse ano também foi o ponto de virada na minha trajetória dentro do PET, pois me tornei o mais velho do grupo. No entanto, quanto mais tempo você fica no PET, proporcionalmente, existe um aumento em suas responsabilidades, visto que todos os conhecimentos e experiências adquiridas ao longo do tempo, para o bem-estar e continuidade do programa, devem ser repassadas para os novos integrantes.

O ano de 2022 também foi o período mais intenso em termos de trabalho, principalmente, no 2º semestre. Naquele período, dada a grande rotatividade de petianos(as) durante o primeiro semestre, houve um acúmulo gigantesco de atividades para serem realizadas ao final do ano, sendo muitas dessas atividades de alta complexidade organizacional.

Nos últimos meses de 2022, só havia eu, a Bruna e a Elóra de integrantes com mais experiência, o restante do grupo era formado por membros com pouquíssimo tempo de PET. Assim, foi uma exigência enorme para nós três realizarmos tantas atividades em um curto espaço de tempo e, simultaneamente, explicar o

funcionamento do grupo para quem tinha poucos meses de ingresso. Além disso, os novos integrantes também ficaram sobrecarregados com a demanda de atividades. Mas, a vida é cheia de erros e acertos, de aprendizado daquela situação, houve a criação de mecanismos que impossibilitam esse acúmulo de atividades na reta final de determinado ano.

Um dos momentos mais marcantes foi participar da organização da Revista Comemorativa de 30 anos, uma edição especial que contou com relatos de petianos(as) egressos(as) e diversos textos produzidos pelos(as) petianos(as) ao longo dos mais de 30 anos do programa. Essa edição necessitou de bastante trabalho para ser organizada, visto que exigiu entrar em contato com todos os petianos egressos com textos selecionados para essa edição especial (encontrar um pessoal que já tinha saído do PET a mais de 10, 20 anos foi uma tarefa bem complicada...) e também necessitou de um excelente planejamento para cada etapa prévia antes da publicação. A comissão dessa atividade, ao longo do tempo, foi composta por mim, Diogo, Nicolas e Júlia. Internamente, tivemos uma excelente sintonia para conseguir resolver os problemas e entregar um trabalho com um inestimável valor histórico para o PET Economia.

No ano de 2023, uma atividade que gostaria de destacar foi a apresentação do meu seminário, intitulado “Desindustrialização no Brasil”. Eu lembro que o professor Daniel Sampaio, do Departamento de Economia, me

passou excelentes indicações de leitura sobre a desindustrialização e também me recordo de ter me dedicado bastante para fazer os slides, colher os dados sobre a indústria brasileira e montar os gráficos para a apresentação. Além disso, outra atividade marcante foi o “PET Economia na Sociedade”, que aconteceu na minha antiga escola, EEEFM Francelina Carneiro Setúbal. Nessa atividade, o grupo preparou dinâmicas para apresentar conceitos introdutórios do saber econômico para os estudantes do 3º ano de ensino médio da instituição.

Ao longo da minha trajetória no programa, escrevi diversas resenhas e podcasts, todas com temas diferentes, tais como vacinação, futebol, desigualdade social, endividamento familiar e relações internacionais. É muito importante escrever sobre as atividades que fogem da sua zona de conforto, pois, só assim, haverá a oportunidade de aprender sobre diversas áreas do conhecimento.

Um ponto bastante interessante do PET é como a dinâmica do programa gera um grande amadurecimento. Todas as atividades realizadas são avaliadas em reuniões internas, no qual os membros podem realizar comentários críticos. Saber ouvir críticas e opiniões divergentes, é inestimável para um desenvolvimento plural, pois somente dessa forma, poderá existir uma evolução em próximos trabalhos. Sou grato a essa dinâmica, visto que, foi essencial para o meu

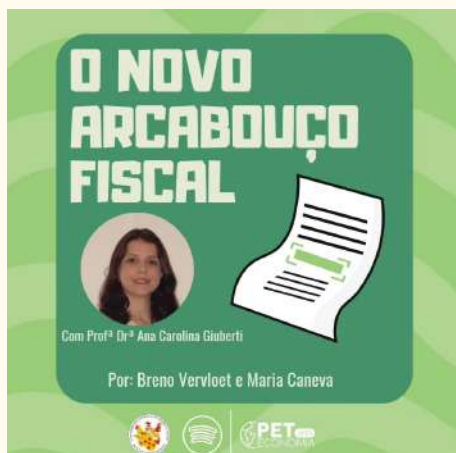
desenvolvimento pessoal e acadêmico.

Para finalizar, só tenho a agradecer ao professor Vinícius Pereira, atual tutor do PET, e a todos que convivi ao longo dessa jornada. Além disso, é um sentimento muito bacana sair de um lugar no qual passei boa parte da minha trajetória acadêmica, e saber que ele vai continuar sendo tocado por excelentes petianos(as). Não tenho dúvidas que os atuais integrantes (Ana, Arthur, Diogo, Gabriel, Gabriela, Gustavo, Hemille, Henrique, João, Kayky, Maria e Rafael) terão uma jornada brilhante dentro do PET Economia.

## Podcasts do PET Economia

---

### O Novo Arcabouço Fiscal



Breno Vervloet e Maria Caneva

---

No episódio 49 do Programa Resenha Econômica, apresentado por Breno Vervloet e Maria Caneva, discute-se um tema de grande relevância: o Regime Fiscal Sustentável, também conhecido como "O novo Arcabouço Fiscal". Este mecanismo visa controlar o endividamento público, focado no equilíbrio entre arrecadação e despesas para evitar gastos excessivos, reduzir os juros e promover o crescimento econômico. Para compreender melhor o novo regime, contamos com a participação da Profª Drª Ana Carolina Giuberti, especialista em Economia do Desenvolvimento e coordenadora do Grupo de Estudos em Políticas Públicas (Gepp) na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Para acessar o episódio, escaneie o QR Code abaixo.



---

## O Brasil no Tabuleiro Internacional



Matheus Leopoldo e Matheus Maia

---

No episódio 48 do Programa Resenha Econômica, intitulado "O Brasil no tabuleiro internacional" e produzido por Matheus Leopoldo e Matheus Maia, foi discutido a inserção do Brasil na dinâmica atual das relações internacionais. Em um cenário de protagonismo do BRICS, principalmente com a entrada de novos integrantes a partir de 2024, e a mudança nos rumos da política externa vindas do novo governo Lula, diversas dúvidas pairam sobre o papel do Brasil nesse complexo "tabuleiro" internacional. Para compreender melhor esse novo panorama brasileiro, foi entrevistada Ana Clara de Plá Loeffler, bacharela em Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense (INEST/UFF) e mestra em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Para acessar o episódio, escaneie o QR Code abaixo.



---

## Escravidão Contemporânea no Brasil



Diogo Schiavinatto e Henrique Moura

---

No episódio 47 do Programa Resenha Econômica, os petianos Diogo Schiavinatto e Henrique Moura abordaram a questão da escravidão no Brasil, buscando traçar semelhanças e diferenças entre a escravidão colonial e a escravidão contemporânea e compreender as razões para que esse mal ainda persista na sociedade brasileira após mais de 130 anos da sua abolição. Para um maior aprofundamento no assunto, a dupla entrevistou o Prof. Dr. Rafael Moraes, o qual é graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), mestre em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Para acessar o episódio, escaneie o QR Code abaixo.



